

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

GUILHERME BUOSI NETO

AS LINHAS DE FUGA DO *MUNDO*

A territorialização rizomática do MST no assentamento Mário Lago

São Carlos

2025

GUILHERME BUOSI NETO

AS LINHAS DE FUGA DO *MUNDO*

A territorialização rizomática do MST no assentamento Mário Lago

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos como requisito para a obtenção do Título de Bacharel em Ciências Sociais

Orientador: Prof(a). Dr(a). Samira Feldman Marzochi

São Carlos

2025

Ficha de identificação da obra

A ficha de identificação geralmente é elaborada pela biblioteca da
Instituição de Ensino.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
e-mail: ccgcs@ufscar.br

Via Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676

Fones: (016) 3351-8387 - 3509-1839

CEP 13.565-905 - São Carlos - SP – Brasil

**ATA DE APRESENTAÇÃO DE MONOGRAFIA
DE CONCLUSÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

2º semestre 2024

ALUNO: Guilherme Buosi Neto **RA:** 792464

Banca Examinadora:

Profa. Dra. (Orientadora) Samira Feldman Marzochi
Docente do Departamento de Sociologia - CECH/UFSCar

Dra. Ana Carina Sabadin (Avaliadora)

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Título:

**AS LINHAS DE FUGA DO MUNDO:
A territorialização rizomática do MST no assentamento Mário Lago**

Data da banca: 17 de fevereiro de 2025, 14:00h

Média Final: 10 (dez)

Avaliação por parecer: A banca reconhece a originalidade da abordagem teórica e a consistência do trabalho de pesquisa, reconhece, também, a excelente redação do texto, recomenda a sua divulgação em forma de artigos científicos e de participação em eventos acadêmicos, e espera que as pontuais sugestões da banca sejam incorporadas à versão final.

Em memória de minha avó, Joracy Satyro Buosi, que levo em mente, coração e escrita.

AGRADECIMENTOS

Escrever, assim como viver, se faz na coletividade, na rede de atores que construímos no caminhar de cada trajetória particular. Cada qual com sua agência, mas que sem afecções, contato com diferentes devires, não se realiza, muito menos se possui. É com essas palavras que inicio meus agradecimentos, que são tantos quanto os afetos que me permitiram chegar até aqui. Em primeiro lugar, à primeira rede que tive acesso, com os afetos mais intensos que possuo, agradeço aos meus pais, Cleusa Regina Buosi Neto e Carlos Alberto Neto, que desde cedo me incentivaram a ter uma mentalidade crítica, mas sem perder a ternura, o tato, a compaixão pelo próximo, e muito menos a revolta perante as injustiças que nos assolam. Sem eles, jamais poderia ter chego a primeira página deste texto. Relembro a figura de minha avó materna, Joracy Satyro Buosi, de quem sinto imensa falta todos os dias, especialmente nas tardes de domingo naquele fatídico sofá, degustando uma partida de futebol de qualidade duvidosa. Mesmo sem ter visto nem a primeira fagulha desse fogo de ideias que coloco em palavras, a faço presente em minha memória e ação.

Aos amigos que trouxe comigo desde o início da vida em Ribeirão Preto e que me acompanham a todos os lugares, Jivago Giacchetto, Matheus Acedo Silva, Michel Morais Marques Sawan e Vinícius Eleodoro. Nossos afetos caminham conosco, porque uma rede, tal qual um rizoma, nunca se rompe, sempre se liga. Nessa desterritorialização que envolve a ida à São Carlos, foi com ajuda de outros grandes amigos e amigas que pude me aterrar novamente e reconhecer, ali, o meu *mundo*. Aos amigos de república, Damonile Arrabaça Mermejo (Damo), João Pedro do Nascimento Magalhães (Maga), Pedro Dellamano de Oliveira (Pedrinho) e Tiago Tadeu Servilha Filho (Serva), e aos companheiros de curso que me acompanharam desde o início dessa trajetória, atravessando contextos pandêmicos, que são tantos que seria impossível fazer presente nesse curto espaço. À minha companheira, Letícia Di Beo Rodrigues, que me permitiu entrelaçar nossas redes e acalmar as linhas de fuga que me acompanham constantemente, mas sem contê-las, pelo contrário, me ajudando a voltar e me territorializar novamente.

Ao MST, em especial, o Assentamento Mário Lago e seus agentes, que me abriram as portas em todas as oportunidades para me mostrar um novo *mundo*, que desafia as desigualdades e permite um horizonte de esperança. Em particular, ao amigo Joaquim, grande mestre em agroecologia e agrofloresta, ao qual devo grande parte dos saberes aqui colocados.

Agradeço, na figura do Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins, meu primeiro orientador, os meus colegas de RURAS, que me auxiliaram nesse início de tatear acadêmico com ensinamentos para além da academia, sendo imprescindíveis na minha formação enquanto pesquisador. À minha orientadora, Prof.^a Dra. Samira Feldman Marzochi, que, para além de munir de sabedoria esse trabalho, permitiu minha aproximação com uma nova perspectiva, dando sentido e organização a essa esquizoanálise.

Por fim, agradeço a UFSCar, ao Departamento de Ciências Sociais, ao Departamento de Sociologia e a todos os colegas e professores que construíram e constroem essa grande universidade. Foi ali que encontrei meu *território*, que agora parto, me desterritorializando, para me reterritorializar em um novo *mundo*.

*Que mundo errado que nos separou de nós
Eu nunca soube reparar as estações
Nessa de céu não poder parar
Sem sentir ficar pra trás
Uma temporada ou mais
De desilusões
Na luta pra ninguém silenciar nossa voz
Voltamos a falar dos sonhos pelas manhãs
A nossa terra fértil foi vencendo o concreto
O nosso reflorestamento erguendo-se em fé
E eu...*

primavera, Don L part. Giovani Cidreira e Rael,
2021.

RESUMO

O presente trabalho visa trazer as diferentes expressões que compõem a territorialização do MST e como estas atravessam o assentamento Mário Lago em Ribeirão Preto-SP. O *território*, constituído de elementos espaciais, mas também performativos, traz a dimensão da soberania sobre uma determinada porção espacial na contemplação de diferentes agenciamentos, passível de uma desterritorialização e reterritorialização de acordo com a amplitude da expressão dessas agências (Deleuze, Guattari, 2014; Fernandes, 2008a; Latour, 2012). Nesse sentido, o objetivo da pesquisa é identificar as expressões que se realizam e são realizadas no assentamento Mário Lago como inseridas na trajetória de ampliação do *território* do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), trazendo elementos indissociáveis dessa perspectiva, como a reconfiguração do grupo camponês sem-terra na constituição de assentamentos periurbanos, assim como a incorporação da agroecologia enquanto dinâmica sócio-produtiva, redimensionando a relação entre grupos humanos e entes não-humanos nesse *mundo* (Ferdinand, 2022; Latour, 2020). Para tanto, utilizou-se da ideia de rizoma para interpretação do fenômeno, na perspectiva de trazer as linhas de fuga que compõem as constantes (re) formações do *território* e dos agenciamentos mobilizados nessas expressões. Nesse sentido, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com diferentes integrantes do assentamento em questão, assim como análise documental de arquivos municipais e revisão bibliográfica de temas consonantes à relação entre reforma agrária, movimentos sociais e meio ambiente. Desse modo, a pesquisa expôs como as relações desenvolvidas ao longo da consolidação do Assentamento Mário Lago e suas expressões se inserem no triplo movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do MST, abarcando as suas linhas de fuga através da agroecologia e do agroflorestamento.

Palavras-chave: Assentamento Mário Lago. MST. territorialização.

ABSTRACT

The present work aims to elucidate the diverse expressions that constitute the territorialization of the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) and how these expressions traverse the Mário Lago settlement in Ribeirão Preto, São Paulo. The *territory*, composed of spatial as well as performative elements, encapsulates the dimension of sovereignty over a specific spatial portion through the contemplation of various agencies (Deleuze, Guattari, 2014; Fernandes, 2008a; Latour, 2012). This process is subject to deterritorialization and reterritorialization depending on the extent of the expression of these agencies. In this context, the objective of the research is to identify the expressions that are realized and performed in the Mário Lago settlement as part of the trajectory of expanding the *territory* of the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), incorporating inseparable elements of this perspective. This includes the reconfiguration of the landless peasant group in the constitution of peri-urban settlements and the incorporation of agroecology as a socio-productive dynamic, redefining the relationship between human groups and non-human entities within this *world* (Ferdinand, 2022; Latour, 2020). For this purpose, the idea of a rhizome was used to interpret the phenomenon, with the aim of highlighting the lines of flight that compose the constant (re)formations of the *territory* and the agencies mobilized in these expressions. In this regard, semi-structured interviews were conducted with different members of the settlement in question, as well as documentary analysis of municipal archives and a bibliographic review of themes consonant with the relationship between agrarian reform, social movements, and the environment. Thus, the research exposed how the relationships developed throughout the consolidation of the Mário Lago Settlement and its expressions are embedded in the triple movement of territorialization, deterritorialization, and reterritorialization of the MST, encompassing its lines of flight through agroecology and agroforestry.

Keywords: Mário Lago settlement. MST. territorialization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Zoneamento Urbanístico de Ribeirão Preto	19
Figura 2 - Planta Esquemática do Assentamento Mário Lago	23
Figura 3. 4º Congresso Nacional do MST - Reforma Agrária: Por um Brasil sem Latifúndio!	46
Figura 4 - Entrega de alimentos no bairro Vila dos Reis (Jardinópolis) em meio à mobilização 26º Grito dos Excluídos	51
Figura 5 - Doação de alimentos em Jardinópolis na mobilização nacional Bolsonaro Nunca Mais!	52
Figura 6 - Doação de alimentos em Jardinópolis na mobilização nacional Bolsonaro Nunca Mais!	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAG	Associação Brasileira do Agronegócio
ACIRP	Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto
Agrishow	Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CAIs	Complexos Agroindustriais
CONCRAB	Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CPT	Comissão Pastoral da Terra
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MLST	Movimento de Libertação dos Sem-Terra
ONGs	Organizações Não Governamentais
ORPLANA	Organização de Associações de Plantadores de Cana do Brasil
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável
Pensa	Programa de Estudos dos Sistemas Agroindustriais
PNAE	Plano Nacional de Alimentação Escolar
PNATER	Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
Proálcool	Programa Nacional do Alcool
PROCERA	Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
SAC	Sistema Cooperativista dos Assentados
SP	São Paulo
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
UMM	União dos Movimentos de Moradia
USP	Universidade de São Paulo
ZUE	Zona de Uso Especial

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	13
2.	METODOLOGIA.....	14
3.	O ASSENTAMENTO MÁRIO LAGO: LOCALIZANDO A REDE.....	16
3.1.	RIBEIRÃO PRETO-SP: DE “TERRA DO CAFÉ” À “CAPITAL DO AGRONEGÓCIO”.....	16
3.2.	DO ACAMPAMENTO AO ASSENTAMENTO: O MÁRIO LAGO NA REDE DO MST.....	19
4.	RIZOMA E MST.....	24
4.1.	A INTERPRETAÇÃO RIZOMÁTICA E O CAMPESINATO.....	24
4.2.	O <i>TERRITÓRIO</i> COMO <i>MUNDO</i>	32
5.	MST, AGROECOLOGIA E MÁRIO LAGO: LINHAS DE FUGA E ASSOCIAÇÕES.....	35
5.1.	A TRAJETÓRIA E A CONSTITUIÇÃO DO MST: DIMENSÕES DO <i>TERRITÓRIO</i> NO MÁRIO LAGO.....	35
5.2.	SABER, CIÊNCIA E MOVIMENTO SOCIAL: A ASSOCIAÇÃO AGROECOLÓGICA.....	42
6.	RIBEIRÃO PRETO E MÁRIO LAGO: O CONFLITO NA HIBRIDIZAÇÃO ESPACIAL.....	59
7.	CONCLUSÃO.....	62
8.	REFERÊNCIAS.....	64

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa trazer as diferentes expressões que compõem a territorialização do MST e como estas atravessam o assentamento Mário Lago, em Ribeirão Preto-SP. Entendendo o *território* como uma porção física do espaço que traz a soberania de determinado grupo social sobre este, de forma que expressa sociabilidades específicas e relativas às relações ali desenvolvidas, a territorialização compreende a expansão do espaço dessa soberania em conjunto com a ampliação dessas territorialidades (Fernandes, 2008a). Contudo, esse movimento constante, compreendido na multiescalaridade do território, ultrapassando delimitações administrativas (municipal, estadual e federal) na constituição de espaços soberanos e dotados de particularidades próprias (Fernandes, 2008a), atravessa e é atravessado por processos virtuais, isto é, distanciados de progressões lineares, envoltos em movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, de acordo com a contemplação dos agenciamentos e na sua expressividade. Tratam-se de movimentos multidimensionais, em que linhas de fuga explodem numa diferenciação qualitativa, ou seja, nos agenciamentos (contemplados ou não pelo escopo da pesquisa) nessa trajetória (Deleuze, Guattari, 1995; 1996; 2002; 2014).

Com isso, a perspectiva da territorialização do MST envolve diferentes dimensões desse processo, que ocasionaram mudanças na expressão do *território* do Movimento¹ ao longo de sua existência. Iniciado por trabalhadores sem-terra em meio à modernização conservadora, que ampliou a presença agroindustrial capitalista no campo, logo, com a maior concentração de propriedades para cultivo de monoculturas (Oliveira, 2003), o movimento social surge a partir da oposição de trabalhadores rurais sem-terra no Rio Grande do Sul, salientando como um de seus pilares a ocupação e o acampamento, fundamentais para compreensão das territorialidades desenvolvidas em seu interior (Fernandes, 2001). Após sua consolidação em 1984, no I Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (Borges, 2010), o MST atravessa uma expansão territorial, no sentido de expandir sua área de influência e suas sociabilidades, visando o acesso à terra em oposição ao latifúndio monocultor.

A partir da compreensão dos assentamentos rurais para reforma agrária como meio de trazer a manutenção da luta pela terra, assim como da criação de uma identidade ali

¹ Com o objetivo de evitar a repetição, usarei o termo “Movimento” como sinônimo de MST ao longo do texto.

representada que não se esgota nesse processo (Alvaides, Scopinho, 2013), o modelo cooperativista, que trazia, em si, a ideia ortodoxa da criação de um “operariado rural” para afirmação da luta de classes, traz um movimento de desterritorialização. Em outros termos, a incongruência dos agenciamentos dos assentados para com o *território*, muito por conta da aplicação do modelo produtivo relativo à Revolução Verde (Ribas, 2004; Borges, 2010; Guzmán, De Molina, 2013). Entretanto, compreendendo o contexto da década de 1990 de aproximação dos movimentos sociais às questões ambientais (Acselrad et al, 2009; Acselrad, 2010), o Movimento salienta essa posição de incorporar as temáticas com a adoção da agroecologia e agrofloresta como dinâmica sócio-produtiva, permitindo uma reaproximação com as agências dos grupos assentados, reterritorializando essas expressões pela incorporação de saberes tradicionais e o manejo do agroecossistema no seu *território* (Borges, 2010). São as expressões, a saber, as relações que se dão no *território* e que o constroem, que trazem assinaturas das qualidades ali ligadas, sendo os ritmos, os meios e as afecções agenciadas em seu interior (Deleuze, Guattari, 2014, p. 105).

É nesse contexto que o assentamento Mário Lago compreende essa linha de fuga interna ao MST, sendo parte indissociável dessa mudança. Enquanto um Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) baseado na prática agroflorestal, voltado para recuperação e preservação de área amplamente degradada pela monocultura, de característica periurbana, ali são territorializados populações de diferentes origens, ora de passado rural, ora populações urbanas periféricas, baseado no modelo de Comuna da Terra (Firmiano, 2009; Gonçalves, 2010; Iha, 2017). Nesse ínterim, a composição do grupo sem-terra, mediado pelos assentados e suas agências em compor o movimento social (Latour, 2012), volta-se para a expressão de uma territorialidade, de um modo de habitar o espaço, de um *fazer-mundo*, na construção de relações diferenciais, tanto entre humanos quanto para com entes não-humanos (Latour, 2020; Ferdinand, 2022). Por meio dessas territorialidades, contempladas e expressas na recampesinização agroecológica e agroflorestal, diferentes devires são conectados, abarcando populações rurais sem-terra e grupos urbanos periféricos, permitindo a hibridização dos espaços na construção de uma rede que expande o *território* para além do assentamento (Rua, 2006; Morelato, 2019).

2. METODOLOGIA

Para tanto, utilizou-se uma abordagem teórico-metodológica que contemplasse as práticas e dinâmicas dos assentados como mediadores na construção do *território* do

assentamento Mário Lago, ao mesmo tempo que envolto numa rede de atores atravessados por movimentos multiescalares. Em primeiro lugar, as informações aqui trabalhadas se inserem no escopo do projeto de iniciação científica “Dimensões da ausência: uma investigação sobre a não representatividade do assentamento Mário Lago no Comitê de Bacia Hidrográfica do Pardo (CBH Pardo)”, realizada entre 2022 e 2023 pelo autor mediante à participação no projeto “Nas franjas do progresso: Efeitos socioambientais da produção canavieira nos estados de Alagoas e São Paulo”².

Estes trabalhos tiveram relevância imensurável na produção deste texto, trazendo a indissociabilidade dos efeitos sociais e ambientais nos impactos da produção canavieira, tanto na degradação do meio ambiente e seu uso enquanto recurso, quanto na desarticulação de outros modos de vida. O projeto “Nas franjas” trouxe esse enfoque de forma primordial, visto que foi possível, por meio de trabalhos de campo em usinas de cana-de-açúcar e assentamentos, um primeiro contato com as diferentes perspectivas e *mundos* que operam a relação ser humano-natureza nesses espaços, assim como a amplitude e/ou a restrição de seus sujeitos e “objetos”. A própria ausência em espaços decisórios demonstrou a problemática da utilização do meio enquanto recurso natural, operacionalizado na lógica da agricultura convencional, em que outros grupos sociais abstraem de sua presença na busca pela satisfação por outras vias, trazendo sua agência na recusa e na procura por outros caminhos (Buosi, 2024). Além disso, a temática da territorialização já foi abordada em outros contextos (Buosi, Jesus, 2024), mas, aqui, trazendo maiores aprofundamentos nas expressões do *território*.

No que tange às interpretações teórico-metodológicas, utilizou-se como base a perspectiva rizomática de Deleuze e Guattari (1995; 1996; 2002; 2014) na construção de uma “esquizoanálise” do Assentamento Mário Lago. Visando compreender os fenômenos sociais distanciados de categorias estáticas que cindem os movimentos, essa análise se dá de forma a-centrada, quer dizer, contemplando diferentes âmbitos, múltiplas entradas e interconexões, destacando diferentes dimensões que, por meio de suas ligações, permitem interpretar a realidade social como um imbricado multidimensional de fatores. Juntamente a essa perspectiva, a ideia de *território* trazida em Fernandes (1999; 2001; 2008a; 2008b), permite compreender essa multidimensionalidade, uma vez que este se realiza na conexão entre a soberania espacial e as expressões ali experienciadas. Ademais, os trabalhos de Latour (1994;

²Fonte: Base de dados do projeto “Nas franjas do progresso. Efeitos socioambientais da produção canavieira nos estados de Alagoas e São Paulo”. Processo 2019/25259-3. Coordenação: Rodrigo Constante Martins (Departamento de Sociologia, UFSCar).

2004; 2012; 2020), que trazem a reformulação constante dos grupos sociais a partir da mediação das agências por uma rede de atores, e de Ferdinand (2022), com o entendimento do *fazer-mundo* como uma construção ativa de relações entre diferentes seres, numa vida interespecífica, são imprescindíveis para entender as diferentes expressões contempladas no *território*.

Assim, foi realizada uma revisão bibliográfica que buscou trazer pesquisas e trabalhos que colocassem em diálogo dimensões concernentes à reforma agrária, movimentos sociais, urbanidades e ruralidades e meio ambiente, visando ressaltar o vínculo entre essas perspectivas. Além disso, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, durante o projeto de iniciação científica com diferentes componentes do Assentamento Mário Lago, trazendo falas de assentados e dirigentes para compreender como as territorialidades eram expressas e expostas nas colocações desses sujeitos. Por fim, utilizou-se, também, análise documental, em particular, do Plano Diretor Municipal da cidade de Ribeirão Preto (Ribeirão Preto, 2018) e da Justificativa Técnica da Revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (Ribeirão Preto, 2022), como forma de contrapor as expressões do Assentamento Mário Lago às da cidade de Ribeirão Preto, nesse conflito inerente aos seus *territórios*.

3. O ASSENTAMENTO MÁRIO LAGO: LOCALIZANDO A REDE

A fim de trazer a territorialização do MST como um processo contínuo atravessado por profundas mudanças e reformulações, quais sejam esses aspectos, o Assentamento Mário Lago se apresenta como um caso intimamente relacionado a essas questões, tanto por seu histórico de formação, quanto por sua dinâmica atual. Com isso, a contextualização do Assentamento, assim como da rede que o atravessa e o conecta com o Movimento, é imprescindível para apreender os diferentes agenciamentos mobilizados nessa conexão. Para tanto, deve-se voltar ao local em que ele se erige, a cidade de Ribeirão Preto - SP.

3.1 RIBEIRÃO PRETO-SP: DE “TERRA DO CAFÉ” À “CAPITAL DO AGRONEGÓCIO”

Na década de 1960, os temas tangentes à estrutura agrária nacional traziam amplo impacto no tecido social brasileiro. No estado de São Paulo, diferentes grupos compunham essa questão: de um lado, grandes proprietários, latifundiários; de outro, posseiros, arrendatários, meeiros, em que a disputa pela terra traz algumas transformações, sobretudo com a organização de trabalhadores rurais empregados nessas fazendas em estruturas

sindicais, com a adição de trabalhadores sem-terra movendo-se entre diferentes localidades em busca de acessar a terra e a volta ao reduto rural. A “revisão agrária” colocada nesse período traz a tentativa de contenção da radicalidade desses grupos, de forma a promover entraves às reivindicações de acesso pleno à terra, em que a própria criação de assentamentos é tratada, nessa lógica, como criação de uma “classe média rural” (Bergamasco, Norder, 2009, p. 77).

O processo de concentração fundiária, iniciado durante a colonização e que teve como marco no século XIX a promulgação da Lei Terras, em 1850, que une posse à propriedade e restringe o acesso à terra mediante a compra, alterou-se no século posterior, mas sem romper a privação de diferentes grupos sociais. Com avanço das movimentações populares no campo, em meio a intensos debates sobre a necessidade da reforma agrária, o Estatuto da Terra, promulgado em 1964, coloca novo entrave a essas demandas. A partir desse ponto, as empresas rurais adquirem sentido social, isto é, se tornam não desapropriáveis, definindo critérios de improdutividade para esse tipo de ação. Tal dispositivo foi fundamental para criação e consolidação da penetração de processos industriais no campo, tendo como base os Complexos Agroindustriais (CAIs) voltados para os pilares da Revolução Verde, com importação de tecnologias, práticas e saberes (Firmiano, 2009).

Imersos na perspectiva desenvolvimentista do período da Ditadura Militar, esses complexos representavam o objetivo de implementação de processos industriais na agricultura, de forma a modernizar a estrutura produtiva nacional, conservando as relações sociais de trabalho e exclusão de grupos não proprietários (Oliveira, 2003). Nesse ínterim, a cidade de Ribeirão Preto, localizada a oeste do estado, destaca-se pelo seu papel primordial. Atravessando uma mudança na dinâmica produtiva local, a centralidade da produção cafeeira³ passa a ser substituída pela massiva presença da cana-de-açúcar a partir da década de 1930, com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), deslocando a produção canavieira em direção ao Centro-Oeste do país, tendo Ribeirão Preto como entreposto dessa expansão e o restante do estado (Firmiano, 2009). Porém, é na implementação do Programa Nacional do Alcool (Proálcool), na década de 1970, em meio à crise dos combustíveis fósseis, que a cidade atinge um novo patamar político-econômico. Recebendo uma vasta gama de investimentos estatais, a exemplo do crédito agrícola⁴, o município consolida,

³Essa dinâmica ainda aparece representada na própria presença dessa atribuição no hino municipal: “[...] História exemplo, amor e fé. Assim traçamos o teu perfil. Ribeirão Preto, terra do café, orgulho de São Paulo e do Brasil. [...]” (Câmara Municipal de Ribeirão Preto. Disponível em: <https://www.camararibeiraopreto.sp.gov.br/conteudo/hino-de-ribeirao-preto>. Acesso em: 08/02/2024).

⁴O município recebeu cerca de 4,5% de todo crédito agrícola do país, em 1980 (Elias, 2018).

através do Estado ditatorial como seu catalisador, seu papel de comando e controle na dinâmica regional (Elias, 2018).

Avançando sobre sua atribuição histórica, Ribeirão Preto salienta seu papel representativo, não só economicamente, mas também politicamente, da globalização do agronegócio⁵ brasileiro. Com a consolidação do setor nas décadas de 1990 e 2000 (Pompeia, 2018; Gonçalves, Molina, Cunha, 2021), ela é elevada, numa ação conjunta entre Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto (ACIRP), Programa de Estudos dos Sistemas Agroindustriais (Pensa) da Universidade de São Paulo (USP) e prefeitura municipal, à “Capital do Agronegócio”, no ano de 2004, pelo “reconhecimento à diversificada e competente atividade agroindustrial” (ABAG, 2024)⁶. Além disso, é sede da Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação (Agrishow), com presença de entidades ligadas ao setor na cidade, como a já mencionada ABAG e a Organização de Associações de Produtores de Cana do Brasil (ORPLANA). Essa relevância da cana-de-açúcar como central à Ribeirão Preto permanece, em que, segundo o Instituto de Economia Agrícola do estado de São Paulo (IEA), a sua produção com finalidade industrial abarcava pouco menos de 62% das Unidades de Produção Agropecuária do município entre 2016/2017, salientando um incremento nessa participação em relação à medição anterior, sendo de 54,21% entre 2007/2008 (EIA, 2025)⁷.

Entretanto, a rede de atores que compõem o município, para além dos expoentes do agronegócio, atravessa a influência do setor imobiliário. Elias (2018), ao tratar do processo de inserção de Ribeirão Preto na estrutura comercial, nacional e internacional, pelos investimentos nos setores agrícola e agropecuário, traz, em conjunto, a dinâmica urbana do município. No processo de expansão da área urbana, a cidade traz a criação das caracterizadas *periferias privilegiadas*, isto é, áreas localizadas nas regiões periféricas que trazem, contudo, uma vasta gama de infraestrutura, tanto para instalação de residências de alto valor, quanto para aumento da circulação de produtos e mercadorias (Elias, 2018). No que tange sua contemporaneidade, Ribeirão Preto atravessou a mudança no uso e ocupação do solo no território da cidade, convertendo parte de sua área de rural para urbana no atual Plano Diretor Municipal (Ribeirão Preto, 2018), justificando essa realização para maior dinamização da economia regional, com intuito de fortalecer a circulação de produtos e

⁵Aqui, entende-se “agronegócio” como a radicalização do processo de industrialização da agricultura, destacando o gerenciamento conjunto das atividades que compõem o setor (Heredia et al, 2010, p. 160).

⁶Disponível em: <https://www.abagr.org.br/capital-brasileira-do-agronegocio>.

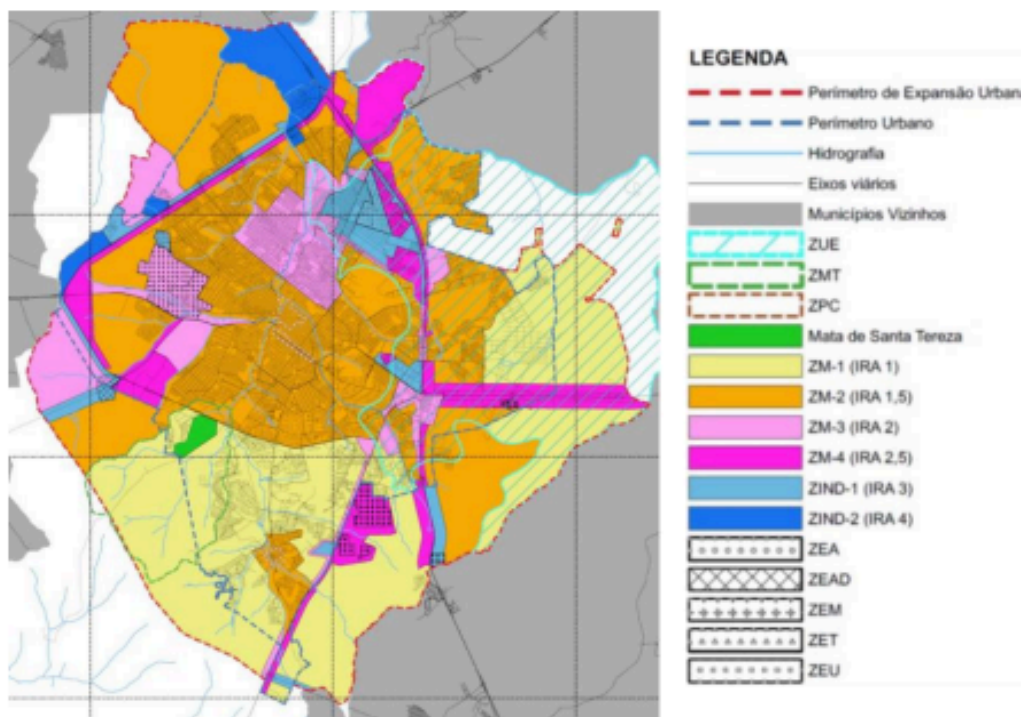
⁷A título de comparação, as culturas que se seguem à cana-de-açúcar com propósito industrial são a braquiária (24,72%) e o milho (10,43%), demonstrando a expressividade da monocultura canavieira no município.

pessoas, “compatibilizando o uso residencial com o uso comercial e de prestação de serviços, muitas vezes até com indústrias específicas” em zonas de ocupação e uso misto (Ribeirão Preto, 2022, p. 66 *apud* Buosi, Jesus, 2024, p. 65).

Compreendendo o meio urbano e seu desenvolvimento ligado de forma umbilical às atividades produtivas municipais, seja na dinâmica agrícola/agropecuária industrial, seja na ampliação da especulação imobiliária com a adição de um novo circuito de terras, Ribeirão Preto e a configuração de seu espaço atravessam a compreensão do urbano pela funcionalidade, logo, circulação e consumo como justificativa totalizante (Lefebvre, 2001, p. 47). Assim, estratificando as relações em seu interior, ao mesmo tempo que as hierarquizando, o sentido da cidade se volta para alcance máximo de sua funcionalidade acumuladora, isto é, na dominação (Deleuze, Guattari, 1996, p. 19), o que rompe o sentido de habitar da urbanidade do encontro, cindindo entre aqueles habitam e aqueles que não habitam, numa existência sem Outro possível (Ferdinand, 2022, p. 51).

Apesar dessa divisão funcional da cidade, linhas de fuga são produzidas pelos agenciamentos não contemplados nesse ordenamento, produzindo resistências e novas conexões que abarcam essas afecções negligenciadas no plano político-econômico de Ribeirão Preto. Com uma das poucas áreas que traz a manutenção de seu caráter diferencial no Plano Diretor Municipal, o assentamento Mário Lago é colocado enquanto Zona de Uso Especial (ZUE), pela sua qualidade particular, que se salienta no encontro das agências da população urbana e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Figura 1. Zoneamento Urbanístico de Ribeirão Preto



Ribeirão Preto, 2022, p. 64 apud Buosi, Jesus, 2024, p. 66

3.2 DO ACAMPAMENTO AO ASSENTAMENTO: O MÁRIO LAGO NA REDE DO MST

A década de 1990 traz um contexto de particular atenção dos movimentos sociais à questão ambiental. Em meio aos debates sobre a Constituição Federal de 1988, diversos grupos sociais, organizados no levantamento de demandas da sociedade civil, atravessam uma ambientalização das lutas sociais através da fusão entre a perspectiva de risco ambiental e desigualdades sociais, trazendo a emergência de novos atores assim como de novas alianças entre diferentes grupos nesse enfrentamento à utilidade de mercado (Acselrad, 2010). Desse modo, buscou-se promover a interligação das populações urbanas às lutas por justiça ambiental, uma vez que o meio urbano é entendido enquanto locus desse fenômeno pela rede que atravessa estrutura de mercado, ações de agentes estatais e privados, relacionando privação social e ambiental (Acselrad et al, 2009, p. 50).

Com isso, ao mesmo tempo que ocorre a consolidação política do agronegócio à nível nacional e local, juntamente com a condução da cidade através da funcionalidade da produção, circulação e consumo, se dá a chegada do MST ao município de Ribeirão Preto. Contemplando o período 1990-2000 como de expansão das áreas de influência do Movimento, a luta pela reforma agrária e acesso à terra identifica o município como dotado de ampla capacidade de influência para promoção de novos enfrentamentos no interior do

domínio do agronegócio, uma vez que a cidade traz essa perspectiva de importância regional. A territorialização do MST assume, nesse primeiro momento, a perspectiva da expansão espacial do movimento social, alçando a luta pela terra rumo a novas localidades, a exemplo da região de Ribeirão Preto no estado de São Paulo (Fernandes, 2008a; Firmiano, 2009).

Por meio de alianças formadas entre setores historicamente associados, como sindicatos urbanos, Comissão Pastoral da Terra (CPT), adicionando-se algumas instituições ambientalistas, a exemplo da Associação Pau-Brasil, o Movimento identifica a Fazenda da Barra como local a ser realizada a disputa pela reforma agrária. Através da reformulação das áreas destinadas à reforma agrária, as restringindo às propriedades improdutivas, os locais no estado de São Paulo compatíveis com essas exigências se encontram extremamente reduzidos, o que dificulta novas ocupações por parte dos movimentos sociais. Contudo, com a promulgação da Constituição de 1988, abre-se o descumprimento da função social da terra como brecha para proceder-se à desapropriação. Entendendo-a como articulada entre aproveitamento racional adequado do meio, preservação dos recursos naturais, regulação das condições de trabalho e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores, a questão ambiental é alavancada como uma das principais dimensões de caracterização, destacando que o seu não cumprimento, isto é, na não preservação dos recursos naturais, abre-se razão para destino da área para reforma agrária (Iha, 2017, p. 93).

Desse modo, a Fazenda da Barra materializa-se como possível local de disputa. Propriedade da Fundação Sinhá Junqueira, de família historicamente influente em Ribeirão Preto, a área havia sido arrendada para uso da Usina da Pedra, que voltava-se para utilização do espaço para produção, centralmente, de cana-de-açúcar, além do cultivo de outras *commodities* agrícolas, como soja, milho e amendoim. Porém, as irregularidades constatadas no espaço destacam uma longa genealogia, remontando desde a década de 1980 até sua desapropriação, que atravessam o não cumprimento da definição de áreas para reserva legal, destacando o desmatamento de vegetação nativa; uso de queimadas próximas às redes elétricas; desmatamento de mata-ciliar; além do uso de agrotóxicos de forma massiva. Enquanto área de recarga do Aquífero Guarani, que abastece majoritariamente a cidade de Ribeirão Preto, estas práticas atingiam fortemente a preservação do meio ambiente, sendo uma das bases de mobilização e, por conseguinte, da desapropriação da fazenda (Firmiano, 2009; Gonçalves, 2010; Iha, 2017; Nunes, 2017).

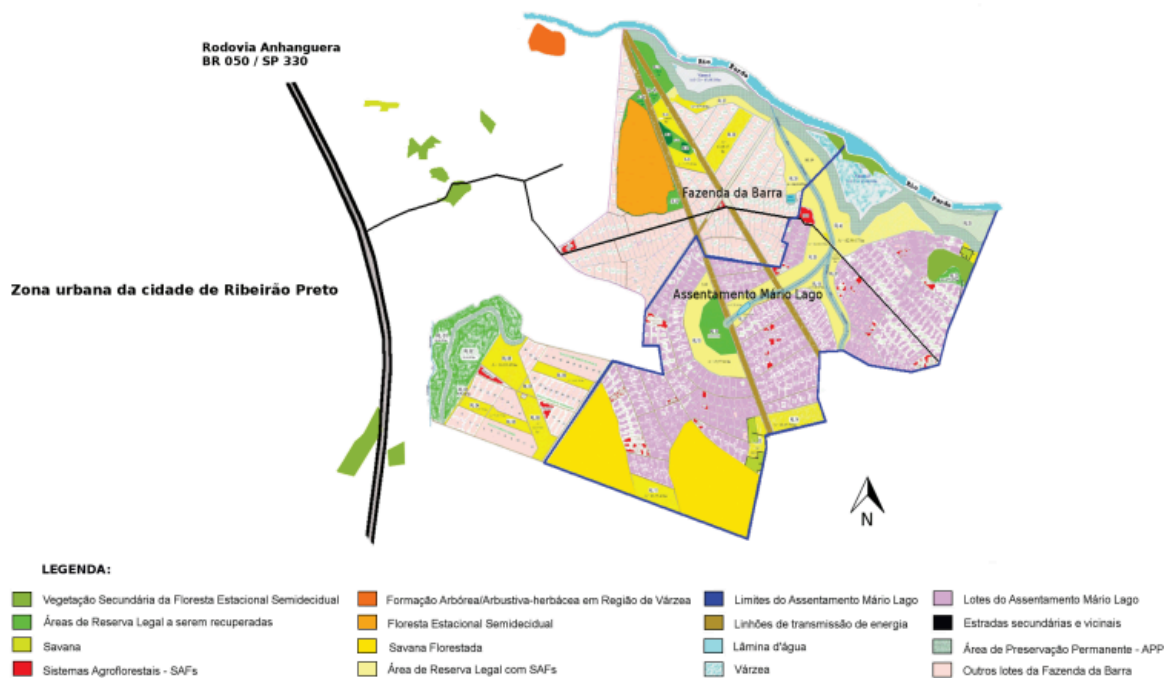
Pela existência de uma medida provisória do então presidente Fernando Henrique Cardoso que impedia tanto a vistoria dos imóveis para reforma agrária em áreas ocupadas, quanto o assentamento de famílias envolvidas em ocupações, além da restrição de recursos

públicos para movimentos sociais, entidades e organizações envolvidas que venham “direta ou indiretamente, auxiliar, colaborar, incentivar, incitar, induzir ou participar” de ações nesses locais (Brasil, 2000), visando conter associações dos movimentos sociais e colocar a reforma agrária sob direção estatal, as primeiras ocupações não ocorrem diretamente na Fazenda da Barra, mas em áreas adjacentes e no meio urbano. A fim de pressionar as entidades governamentais no andamento do processo, no recorte de 2003 a 2004, o movimento social ocupa o Sítio Braghetto, área próxima à fazenda, onde dá início ao acampamento Mário Lago, em homenagem ao cantor, compositor e militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), assim como à frente da Câmara Municipal, posteriormente direcionada para o Jardim dos Flamboyants. Com a presença de cerca de 400 famílias nesse período, vindas de diferentes locais da região, o decreto de desapropriação da área foi alcançado em 2004, sendo emitido certificado de posse do assentamento pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) apenas no ano de 2007.

A fazenda foi dividida após diversos tensionamentos entre INCRA, MST e outros movimentos sociais, como Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) e Índio Galdino, sendo o assentamento Mário Lago colocado sob liderança do Movimento (Gonçalves, 2010). Contudo, essa atribuição da área atravessou um conflito direto entre as lideranças do MST e as direções estatais, tanto pelo formato produtivo, quanto pela construção de infraestruturas necessárias para seu estabelecimento. Em contrapartida às atribuições do INCRA, de construção de redes de abastecimento de água, por exemplo, estipulou-se a criação de um modelo de Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), o PDS da Barra (assentamento Mário Lago), baseado no modelo de Concessão de Direito Real de Uso, ou seja, na disponibilidade do uso da área perante determinados modelos de apropriação, o que também impossibilitou a venda de lotes das famílias assentadas.

Em consonância ao modelo de PDS, que traz a busca de conciliação entre moradia, proteção ambiental e abastecimento das famílias assentadas, colocando dimensões ecológicas e sociais em profunda conexão (Cassimiro et al, 2022, p. 147), estabelece-se o modelo de ocupação Comuna da Terra. Estes, localizados próximos aos centros urbanos, visam abarcar trabalhadores que não tenham necessariamente experienciado atividades rurais anteriormente ao processo de reforma agrária, trazendo a presença primordial do modelo agroecológico das atividades ali desenvolvidas. Para tanto, o MST firma com o INCRA um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), de forma que se compromete à ampliação da reconstituição da vegetação nativa com processos de agrofloresta, ampliando a reserva legal do assentamento à 35%, 15% a mais do que o exigido no Código Florestal (Iha, 2017).

Figura 2. Planta Esquemática do Assentamento Mário Lago



Machado, Bizzo, 2017, p. 17.

A partir disso, o assentamento Mário Lago, que contava com 260 famílias assentadas, em 2008 (Gonçalves, 2010, p. 82), traz a reformulação do grupo sem-terra, à medida que traz a aliança entre populações urbanas com a luta pela reforma agrária, redimensionando a apropriação do espaço, antes utilizado na prática utilitária da terra enquanto recurso, para construção de novas dinâmicas sociais e produtivas. O rural passa a ser entendido como “uma alternativa ao caos apresentado nas grandes periferias urbanas” (Iha, 2017, p. 96). Compreendendo a escala das relações sociais por meio da rede que interliga os diferentes atores na sua própria realização (Latour, 2012, p. 266), a territorialização do MST atravessa uma reconfiguração do movimento social na própria caracterização do grupo e suas atividades nessa dinâmica espacial, produzindo a formação de novas territorialidades e expressões nessa perspectiva, sendo o Mário Lago de grande importância na observação dessas diferentes sínteses desenvolvidas, de forma que traz novas relações sociais entre os próprios atores, os assentados, para com o meio ambiente, permitindo múltiplas entradas na rede pela reforma agrária. Isso atravessa um sentido rizomático nessas atribuições de construção do espaço e do grupo, ou melhor, numa redefinição dos agenciamentos mobilizados, unindo “elementos, coisas, vegetais, animais, utensílios, homens, potências, fragmentos de tudo isto” (Deleuze, Guattari, 1996, p. 23) nesse *mundo* possível.

4. RIZOMA E MST

4.1 A INTERPRETAÇÃO RIZOMÁTICA E O CAMPESINATO

Antes de se adentrar no sentido rizomático que a territorialização do MST assume, principalmente no que diz respeito às suas continuidades e mudanças em sentido produtivo e social com a adoção da agroecologia e da agrofloresta enquanto base para tal, se faz necessário elucidar as linhas que permeiam essa interpretação. Assim, têm-se por base para uma interpretação rizomática os trabalhos de Deleuze e Guattari (1995; 1996; 2002; 2014) com sua elaboração do rizoma como uma tentativa de se romper com as perspectivas que se centram em dualismos, logo, da realidade interpretada a partir de dois termos opostos que produzem seu trajeto por meio de um Uno que se diferencia numa projeção quase que geométrica, mas que se mantém atrelada a um sentido biunívoco. Pelo contrário, o rizoma se apreende no desenraizamento da análise, pelo menos daquela de entendimento pivotante que ascende para irradiação através de um centro; na compreensão de uma multiplicidade *dos e nos* planos de consistência (Deleuze, Guattari, 1995).

Em primeiro lugar, o plano pelo qual o rizoma produz suas redes se encontra nos planos de consistência, os platôs. Entendidos enquanto dimensões planas de difusão que não se hierarquizam perante sistemas ascendentes nem descendentes, mas que se projetam e conectam redes de agenciamentos, estes diferentes platôs se correspondem dentro das hastes, das grades que ligam essa rede de atores. Desse modo, os platôs se engendram enquanto os planos de localização, como terrenos múltiplos ligados, “sempre no meio”, com multiplicidades que se conectam por meio de “hastes subterrâneas superficiais” (Deleuze, Guattari, 1995, p. 15). As hastes que ligam essas multiplicidades são as redes rizomáticas, que se direcionam em diferentes dimensões e direções, porém, tem como plano de conexão sua base fundamental, uma vez que une esses platôs e suas multiplicidades, conectando “acontecimentos vividos, determinações históricas, conceitos pensados, indivíduos, grupos e formações sociais” (Deleuze, Guattari, 1995, p. 6).

Com isso, o estabelecimento do plano de conexão como âmbito de agência do rizoma, permite a entrada nas características imprescindíveis do rizoma como modo de leitura dessas conectividades. Sobretudo, é necessário colocar qual sua diferenciação e do que ele se diferencia. Tomando como alegoria a ideia de livro, os autores adentram nas leituras que este meio produz sobre a realidade, da produção de imagens do mundo. Nesse sentido, a

modernidade constituiu uma imagem feita através do livro-raiz, que a divide entre termos antagônicos que se salientam numa relação de oposição mútua, dialeticamente. Toma a árvore como imagem do mundo, ou melhor, a raiz como imagem da árvore-mundo: uma lógica que parte do Uno, da raiz principal, que se multiplica em termos, mas que corresponde sempre ao pivô principal; num sistema de sentido biunívoco, do um que se torna dois, que se tornam quatro, e assim por diante (Deleuze, Guattari, 1995, p. 3). A divisão moderna de um centro que se irradia produziu, ainda mais, a hierarquização de saberes. Ao fracionar a rede, provocou uma segmentação baseada na repartição “pura” de fatos e agentes num sistema dualista de análise: sujeito e objeto; natureza e cultura; natureza e política; corpo e mente, ao mesmo tempo que produz um “antes” e um “após”, que tem de forma bem definida seus “vencedores” e seus “perdedores” (Latour, 1994, p. 15), instituídas nas violências coloniais (Ferdinand, 2022). Num movimento duplo, baseado na divisão primordial de Natureza e Cultura, fraturou-se as relações entre esses dois entes, centrada na hierarquização não só dos “fenômenos puros”, mas dos próprios sujeitos e seus conhecimentos, atribuindo à ciência e ao mundo ocidental sua maior correlação aos “fatos”, imputando a outros regimes de saberes a incapacidade de acesso a estes, negando sua legitimidade (Latour, 2004, p. 15; Ferdinand, 2022).

É diante do livro que se faz na imagem árvore-mundo que o rizoma se diferencia. De forma a romper com a “realidade espiritual da árvore-raiz”, que, mesmo na presença de uma multiplicidade a atrela numa estrutura que limita suas combinações, os autores preconizam a leitura rizomática: diferentemente da raiz que remete ao pivô, ele é uma rede que se estende sobre diferentes platôs, com diversas dimensões enquanto planos de conexão (Deleuze, Guattari, 1995, p. 4). Essa visão apresenta alguns princípios. Primordialmente, o princípio de conexão e heterogeneidade. Essa primeira característica faz alusão a já mencionada fundamentalidade do rizoma, que é a sua conexão com as diferentes dimensões que os platôs abarcam, conectado não só às heterogeneidades dos mesmos, também aos diferentes pontos de sua rede. A partir disso, o rizoma é conectável em todos os seus pontos num formato de tubérculo, em comunicações diretas entre signos e objetos, aglomerando questões muito diversas; não cessa de “conectar cadeias semióticas, organizações de poder, ocorrências que remetem às artes, às ciências, às lutas sociais” (Deleuze, Guattari, 1995, p. 5).

Ademais, outro princípio é que o rizoma abarca multiplicidades. Distanciando-se, novamente, da ideia de um Uno que se divide ao mesmo tempo que se multiplica, de um centro irradiador para difusão posterior, o rizoma se faz na difusão de redes, construídas sem um centro dilatador. “Não existem pontos ou posições num rizoma como se encontra numa

estrutura, numa árvore, numa raiz. Existem somente linhas” (Deleuze, Guattari, 1995, p. 5). O sentido do rizoma é marcado pelo agenciamento, isto é, produtor de conexões, dimensões à medida que as amplia. Essa perspectiva salienta o distanciamento da noção de sujeitos e objetos. Latour (1994) coloca que a divisão, a qual a modernidade se encontra imersa, que cindiu a realidade em áreas de saber, deu ao campo científico a análise dos objetos, “mudos de nascimento”, e confinou a política à representação dos cidadãos. Essa cisão provocou a retirada da agência de entes não humanos, fortalecendo a hierarquização de domínios da natureza e da humanidade, que alimentam uma à outra (Latour, 1994). Em uma direção semelhante, Ferdinand (2022) expõe que esse dualismo moderno é resultado da dupla fratura ambiental e colonial, em que a primeira coloca os seres humanos em primazia sobre os entes não humanos, além da primazia de grupos humanos sobre outros, numa escala de valores tomada a partir da colonização. O que o autor expõe é fundamental para compreender que essa escala de hierarquização, que coloca humanos e não humanos em separação, verticaliza também os humanos, tornando certos grupos mais sujeitos e outros mais objetos numa “valorização vertical do colonizador em relação ao colonizado” (Ferdinand, 2022, p. 27).

Para tanto, se faz necessário reconciliar essa divisão pela perspectiva da diferenciação entre ator e coisa por meio da ação: a coisa age de forma causal, enquanto o ator, mesmo sob influência, produz suas próprias linhas e caminhos (Latour, 2004, p. 140). Desse modo, na abertura para uma agência dos objetos, de sua ação plena enquanto atores, mesmo que pela permissividade actante das ações humanas, sua condição como “coisa” é colocada à prova (Latour, 2012, p. 108), o que permite, além disso, romper com a própria objetificação que certos corpos são colocados (Ferdinand, 2022), de forma a romper essa concepção mecanicista e finalista, que cinde a criação constante do movimento (Bergson, 2005).

Em contrapartida, o rizoma, ainda dentro do princípio da multiplicidade, se realiza pelo agenciamento, na produção das linhas que ligam esses planos, rompendo essa inexistência de ação e causalidade essencial das ciências que se fundamentam na cisão; ou seja, ele se centra na conexão das multiplicidades, das dimensões. Essa agência se faz presente nas linhas de fuga do rizoma. Ao encontrar-se com uma limitação para sua difusão, o rizoma se direciona em outro sentido, contornando seus obstáculos, produzindo linhas de fuga que se desterritorializam a partir de suas conexões (Deleuze, Guattari, 1995, p. 6; 2002, p. 26).

Consoante às linhas de fuga como sentido da agência do rizoma, têm-se outro princípio da interpretação rizomática, a ideia de ruptura a-significante. A comunicabilidade da rede em qualquer ponto, presente no princípio anterior, aqui é destacada nessa nova

dimensão. Mesmo que o rizoma, sua rede, seu plano de conexões seja rompido, “quebrado em qualquer lugar”, ele apresenta uma continuidade não só pela produção de novas linhas de conexão, além disso, retomando outras linhas e segundos estas (Deleuze, Guattari, 1995). Esse movimento destaca as linhas de fuga como esse movimento de ruptura que, contudo, remetem sempre às outras linhas e segmentaridades, dando sentido para o rizoma em ações de territorialização, desterritorialização e reterritorialização:

Um rizoma pode ser rompido, quebrado em um lugar qualquer, e também retoma segundo uma ou outra de suas linhas e segundo outras linhas. [...] Todo rizoma compreende linhas de segmentaridade segundo as quais ele é estratificado, territorializado, organizado, significado, atribuído, etc; mas compreende também linhas de desterritorialização pelas quais ele foge sem parar. Há ruptura no rizoma cada vez que linhas segmentares explodem numa linha de fuga, mas a linha de fuga faz parte do rizoma. Estas linhas não param de se remeter umas às outras. [...] Faz-se uma ruptura, traça-se uma linha de fuga, mas corre-se sempre o risco de reencontrar nela organizações que reestratificam o conjunto, formações que dão novamente o poder a um significante, atribuições que reconstituem um sujeito — tudo o que se quiser, desde as ressurgências edipianas até as concreções fascistas (Deleuze, Guattari, 1995, p. 6)

Retomando a crítica à ciência moderna, Bergson (2005) coloca, a existência de um pensamento científico inserido em um espécie de método cinematográfico: em lugar da busca pela apreensão do movimento, se rompe a continuidade em estados, segmentos, visando a identificação desses instantes a fim de serem agrupados para que se possa alcançar uma realidade inteligível, para além da compreensão humana (Bergson, 2005, p. 355). Essa visão que reduz o meio para localização do ser (Bergson, 2005, p. 179), é responsável pela cisão do movimento em pontos que se abstrai o Todo de sua virtualidade, a qual se compreende na atualização, na criação de diferenças (Deleuze, 2012). Ainda segundo Bergson (2005), esse movimento tem um sentido de “um perpétuo devir”, em que se dá pela atualização e, conseqüentemente, diferenciação qualitativa. Segundo ele, aí se encontra o impulso vital, o *elã*, “uma criação que prossegue sem fim”, destacada pela diferenciação criativa (Bergson, 2005, p. 260), num “esforço ontológico de diferenciação” (Silva, 2006, p. 3).

Perante esse prisma, o rizoma traz essa contrariedade ao método cinematográfico da ciência, ativo no recorte de pontos no movimento, tendo como uma de suas questões primárias a observação da comunicabilidade entre seus pontos, lendo a ruptura menos como um ponto de desconexão que imersa na conectividade na produção de linhas de fuga. Desse modo, as linhas de fuga da rede rizomática são constituídas de um impulso criativo positivo, de uma virtualidade pautada na criação por diferenciação, percebendo a produção de diferenças qualitativas ainda imersas nessa rede (Bergson, 2005; Deleuze, Guattari, 1995; Deleuze, 2012).

Outrossim, essa capacidade criadora do rizoma por meio das linhas de fuga em atos de atualização por diferenças qualitativas traz outra dimensão, outra multiplicidade conectada, a de associação. Segundo Bergson (2005), a inteligência aparece como um modo de reconhecimento que necessita da divisão em estados, pontos homogêneos a serem colocados em divergência; se trata de uma tentativa de remeter um ente à outro, imersa na utilidade, na ideia de órgão (Bergson, 2005, p. 175; 191). O conhecimento humano caracteriza ordem onde encontra essas correspondências entre pontos e desordem onde não encontra essas semelhanças, “o lugar esperado e desejado das coisas no espaço” (Bergson, 2005, p. 305). Neste ponto, esse dualismo é colocado em questão por ele, uma vez que a não-existência pressupõe uma dupla existência, pensada e observada, possível e atual. Ou seja, a colocação da existência de ordem pressupõe desordem, que, na realidade, não se encontra: não há vazio na natureza; não se produz algo que exclui, diametralmente, o que está fora dele. Portanto, na negação do dualismo, a multiplicidade encontra seu lugar: o movimento abarca diferentes qualidades que não se colocam em oposição, criando linhas divergentes que melhor compreendem suas qualidades específicas (Bergson, 2005, p. 321), como sintoma de sua multiplicidade virtual (Deleuze, 2012, p. 36).

Assim, o que se manifesta no impulso criador do rizoma é sua multiplicidade que abarca as suas diferenças de natureza, qualitativas, que produzem diferenciações ao passo que criam associações. Latour (2012) traz a construção da teoria do ator-rede, que conecta atores sociais numa agência associativa que permeia a realidade social, aliás, no lugar de uma compreensão estática do tecido social, se promove uma observação do movimento que atravessa essas instâncias, da associação a partir da agência dos atores que se inserem em redes de conexões (Latour, 2012). Em suma, o que compõe a sociedade atravessa o contínuo processo de formação de grupos num sentido performativo, da comunicabilidade entre práticas de existência e ideais que se formulam e reformulam. Ao mesmo tempo que o grupo se produz e se reproduz, que se associa na agência dos atores, ele se diferencia: o grupo, ao se criar e recriar, cria o antigupo, que não se enquadra nas suas próprias definições, em primeiro momento, além da virtualidade de se constituir como adversário na rede social. Nesse sentido, a agência é questão fundamental, pois traz a ação dos atores nesse processo, seja como porta-vozes do grupo, seja como mediadores, para condução desse movimento contínuo entre diferenciar-se e associar-se (Latour, 2012).

Em virtude dessas colocações, o rizoma se manifesta de maneira positiva tanto na sua diferenciação quanto na sua associação. A agência, um dos princípios rizomáticos fundamentais, é o impulso, a virtualidade que guia esse movimento criador, positivo, em que

os atores se encontram imersos pela constituição de redes que os conectam. Não como entes opostos em natureza, entretanto, dotados de multiplicidades, de diferenças qualitativas, o rizoma reúne a diferenciação e a associação como dimensões de sua rede de difusão, relacionada à agência, à ação dos atores nesse *elã*, mediando suas redes e grupos que se diferenciam/associam. No tecido social, as agências se apresentam como pulsões parciais de “opções políticas para problemas, entradas e saídas”, sendo que “o rizoma opera sobre o desejo por impulsões exteriores e produtivas” (Deleuze, Guattari, 1995, p. 9).

Por último, têm-se a oposição da cartografia à decalcomania como princípio. Como duas formas divergentes de se produzir saber, o decalque traz a marca da divisão, cindindo a realidade e depois a reagrupando, o que remete ao modelo árvore-raiz: mesmo na divisão, existe uma referência ao Uno, original, que a linha divergente retorna ao seu centro. De maneira contrária, a cartografia remete à figura do mapa, que não possui começo nem fim, apenas ramificações, conexões sem genealogia. Nesse ínterim, em maior correspondência à cartografia, ao mapa, a análise rizomática remete a uma rede a-centrada: não são canais e hastes que direcionam um sentido, mas uma ligação intercambiável entre elementos que se coligam em seus sentidos no rizoma, permitindo múltiplas entradas na sua rede, múltiplas qualidades (Deleuze, Guattari, 1995, p. 12). Diante disso, os autores colocam:

Um mapa tem múltiplas entradas contrariamente ao decalque que volta sempre "ao mesmo". Um mapa é uma questão de performance, enquanto que o decalque remete sempre a uma presumida "competência". [...] Por isto é tão importante tentar a outra operação, inversa mas não simétrica. Religar os decalques ao mapa, relacionar as raízes ou as árvores a um rizoma (Deleuze, Guattari, 1995, p. 8).

Com isso, estes princípios colocados, conexão e heterogeneidade, multiplicidades, ruptura a-significante e cartografia, compõem o rizoma como ferramenta de interpretação do tecido social. Em lugar de análises estáticas que trazem uma observação cinematográfica do meio, cindindo seu movimento constante, essa perspectiva que atravessa “variação, expansão, conquista, captura, picada”, se refere “a um mapa que deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga”. De forma a não se realizar mais um dualismo, o modelo árvore-raiz e rizoma-canal possuem menos utilidade na oposição excludente do que na virtualidade de se alongar, romper e alargar. Numa rede de dimensões, de platôs intercomunicáveis, o pluralismo remete ao monismo quando se coloca o móvel em deslocamento, seu sentido exterior e interior, sua multiplicidade (Deleuze, Guattari, 1995, p. 14-15). Por consequência, o rizoma se encontra na associação, na promoção de alianças ao anunciar: “Para onde vai

você? De onde você vem? Aonde quer chegar?” (Bergson, 2005; Deleuze, Guattari, 1995, p. 17; Deleuze, 2012, p. 91).

Por meio dessa perspectiva rizomática, a territorialização do MST e do campesinato sem-terra abarca as características expostas acima nesse movimento constante de conexões e da própria constituição de seu grupo. Diante da vasta abrangência do termo, visto que a expressão “camponês” engloba uma diversidade de grupos étnicos que vão desde populações indígenas (Junior, Germani, 2013), quilombolas (Paoliello, 2005; Ferdinand, 2022), posseiros (Guimarães, 1982; Candido, 2009), entre outras atribuições, passando pela sua compreensão como uma classe fadada ao desaparecimento pela incorporação às fileiras urbano-industriais, amorfa como um “saco de batatas” (Marx, 2011), neste trabalho, o conceito passa por uma atenção às práticas e valores que trazem estes grupos, o que permite sua atribuição camponesa.

A partir de Guzmán e de De Molina (2013), o campesinato e o camponês constituem-se para além de um contexto histórico ou sujeito social, extraído por meio de métodos cinematográficos; trata-se de uma forma de manejar os recursos naturais dentro de agroecossistemas específicos de acordo com um regime de conhecimento relacionado. Isto é, a “condição camponesa” (Paoliello, 2005) é pensada na lógica da relação deste grupo com o meio, numa integração a este por meio de um conhecimento socioambiental que possui uma dimensão étnica indissociável (Guzmán, De Molina, 2013, p. 79). Assim, este grupo se destaca na particularidade de seu *fazer-mundo*, numa composição política de diversas pluralidades que no lugar do Uno, encontram o Todo, numa aliança, “agir em conjunto” (Ferdinand, 2022, p. 39). Isso atravessa sua própria constituição, na modificação da natureza a fim de promover a satisfação de suas necessidades por meio do trabalho familiar em condições não alienantes (Junior, Germani 2013). Essa percepção permite captar as similaridades camponesas das diferentes populações que compõem esse modo de vida, de *fazer o mundo* baseado nas afecções entre seu grupo e o meio, de modo a reativar a virtualidade das conexões, sem privilegiar determinadas posições nesse Todo (Stengers, 2017).

Diante dessa forma de abarcar o campesinato, o sem-terra, enquanto inserido nesse grupo, se dá pela congregação dessa condição de construção do *mundo*, associando-se a ele na sua sociabilidade de ligação necessária à terra, cindida por um processo de exclusão social. Essa particularidade desse grupo camponês se dá pela sua origem despossuída, trazendo seu *fazer-mundo* contra a ampla concentração fundiária, que alienou a terra através da aquisição pela compra de propriedades. Nessa condição de itinerante, o grupo do camponês sem-terra

encontra seu antigrupo nesta dimensão política, o latifundiário, logo, associando-se entre si e diferenciando-se dos proprietários de terra, aos quais faz enfrentamento como questão indissociável de sua existência: lutar neste e para *fazer-mundo* (Firmiano, 2009; Borges, 2010; Iha, 2017).

Numa fuga da ordem majoritária que o exclui e produz sua existência, a rede é produzida pela agência dos sem-terra na condução de um movimento social que engloba um devir que o atravessa indissociavelmente, desterritorializado que busca se reterritorializar a partir da criação conjunta (Deleuze, Guattari, 2002), um devir histórico que o coloca na estrada e na luta como seu caminho, o devir sem-terra (Fernandes, 1999). Nesse cerne, a origem do Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) é indissociável da constituição desse devir. Nessa amálgama de diferentes sujeitos, agregados no grupo pelas suas condições virtuais de despossuídos, o devir sem-terra passa por um agenciamento dessas linhas de fuga que conduz ao devir-MST, numa reelaboração dessas multiplicidades interconectadas (origem étnica, gênero, sexualidade, local de origem etc.: planos de consistência) sob sua condição de sem-terra, agora, agregada num ente coletivo, produto e produzido por meio de suas ações (Silva, 2004; Alvaides, Scopinho, 2013).

Nessa cartografia do MST, que constrói um movimento social camponês dentro do seio particular do sem-terra, com suas múltiplas entradas, a agência nas linhas de fuga desse devir são indubitáveis para sua diferenciação para com o latifúndio monocultor-exportador, seja na sua faceta arcaica escravocrata, seja no contemporâneo agronegócio. Associado pela sua ausência de posse, submetido à degradação de seus traços camponeses pela violência que o priva de sua reprodução socioambiental, o sem-terra tem nessa questão a virtualidade criadora de se organizar enquanto grupo. Contudo, esse devir-MST, que abarca, em parte, o devir sem-terra, produz não só uma aliança desses sujeitos camponeses, mas também o encontro entre outros devires (Deleuze, Guattari, 1995; 2002), de forma intrínseca ao seu *fazer-mundo*.

A agroecologia e a agrofloresta, compreendidas como uma forma de manejo natural dos ecossistemas por meio de uma multidisciplinaridade de saberes, que rompe a hierarquia estabelecida entre ciência e conhecimentos tradicionais, colocando-os em diálogo, faz-se como próprio do grupo camponês (Guzmán, De Molina, 2013). Nessa relação, a ser desenvolvida posteriormente, o campesinato, aqui encontrando o termo pensado em rede pelo manejo socioambiental, remete às práticas de várias etnias indígenas, uma vez que dialoga, profundamente, com o multinaturalismo do pensamento tradicional, (re) construindo as linhas que ligam a natureza à cultura (Peralta, 2017; Dos Santos Luciano, 2019). Essa linha de fuga

visa diferenciar o MST das práticas usuais do agronegócio e da Revolução Verde, pois rompe com o uso de agrotóxicos e insumos químicos para produção, centrando na terra e no agroecossistema que comporta, pensando a natureza como ente participativo em todas as suas instâncias (animal, vegetal, bacteriana, etc.), a fonte de seus insumos de acordo com o manejo integrado desses entes (Borges, 2010; Machado, Machado Filho, 2014; Iha, 2017; Nunes, 2017).

Nessa rede baseada na aliança, que diferencia o grupo, mas conduz associações de todo tipo pelas suas múltiplas entradas, o devir-MST encontra na agroecologia e na agrofloresta os diferentes devires, humanos e não humanos, abarcados nessa construção rizomática que volta-se para criação de um manejo que os integre nesse *fazer-mundo* que tem seu plano de conexão a terra e seu acesso como anseio político-social. Apesar disso, é indissociável da efetividade dessa realização que seja possível um espaço para abarcar essa materialidade, comportando, também, a prevalência desses saberes nessa ação. Para tanto, o *território* é imprescindível para que esses devires conjugados no movimento social agroecológico encontrem plano para sua rede de conexões, seu *mundo*.

4.2 O TERRITÓRIO COMO MUNDO

Através dos princípios que o rizoma possui, é necessário, para análise do processo de territorialização do MST, um segundo passo, a fim de elucidar o encontro da agência rizomática ao estabelecimento de um *território* relativo ao movimento social. Essa proximidade se dá pelas características pelas quais erige-se um *território*, além de sua inserção num movimento de continuidade e correspondência múltipla com cada segmento que o compõe. Questões essas que encontram, mais destacadamente, o princípio de ruptura a-significante: mesmo nas linhas de fuga que partem dos segmentos do rizoma para sua diferenciação e associação em rede, há um processo contínuo que não cinde essas ligações, ainda encontrando a virtualidade das conexões. Em síntese, o *território* se faz no sentido rizomático, se diferenciando e se associando na sua trajetória de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

Para tanto, se faz imprescindível ressaltar a multiplicidade do próprio termo “território”. Segundo Fernandes, (2008a), o espaço se apresenta como anterior ao território, na qualidade de um local em virtualidade de modificação do mesmo, que se faz na construção deste a partir da sua fragmentação, na ação dos seres para garantia de sua existência. Diante disso, ele abarca o aspecto político dimensionado em muitos sentidos, entre eles, ambiental,

cultural, social e econômico. Isso porque o “território” abarca uma multiplicidade interna, porque se erige a partir da apropriação de um grupo sobre determinada porção do espaço, que traz um conflito inerente a essa ação. Ademais, essa questão aparece de forma mais intensa quando se pensa nos diferentes níveis de “território”. O primeiro, da esfera administrativa, numa porção do espaço relativa a uma hierarquia de divisão do Estado-nação (municipal, estadual e federal); por outro lado, comporta outro nível de sua constituição, pelos tipos de propriedades particulares que possui (Fernandes, 2008a). Existem *territórios* no Território, diferenciados em seu cerne, delimitados fisicamente, numa separação material, mas também simbólica, em que cada grupo produz, reproduz e mantém/muda seus territórios pela prevalência de suas relações sociais em seu interior, na indissociabilidade de um para com outro (Fernandes, 2008a, p. 193). Dessa forma, o conceito é definido a partir de sua totalidade multidimensional, multiescalar e de soberania (Fernandes, 2008a, p. 196).

Por essa divisão entre os níveis que ele possui, optou-se por diferenciar essas perspectivas sobre o “território”, sendo utilizado aqui território enquanto instância de controle e delimitação espacial, e *território* para trazer essa correspondência entre a materialidade e as suas expressões. As relações de poder são de indubitável importância nessa construção do *território*, pois expressam o conflito entre os diferentes grupos sociais, e suas consequências quanto à construção de porções do espaço em que esses *territórios* sejam soberanos (Fernandes, 2008a). Ele se constitui na expressão, nas dimensões qualitativas que abarca, sendo produtor e produto dos ritmos que através dele são territorializados (Deleuze, Guattari, 2014). Nesse sentido, na fragmentação do espaço para erigir um *território*, os grupos sociais, imersos nessas relações de poder conflituosas, encontram a virtualidade da questão: ou se identificar com as relações expressas no espaço, ou se diferenciar (Martins et al., 2022).

Nesse sentido, a tentativa de erigir um *território*, de territorializar saberes e práticas, perpassa a agência dos grupos sociais nessa ação. Como trazido por Latour (2012), a formação do grupo social abarca, como dimensão múltipla, a formação de um antigrupos, fora das características que aglutinam o primeiro. O conflito, portanto, é indispensável para localização do grupo dentro do espaço, dado que mobiliza determinados valores e práticas por meio de uma ação coletiva, de um movimento social, em confronto com o adversário de suas demandas pelas relações de poder que os unem (Sauer, Souza, 2008, p. 55). Com efeito, a performance, como um mapa (Deleuze, Guattari, 1995, p. 8), propaga a correspondência entre as práticas de existência e suas simbologias, na ação constante de formulação e reformulação do grupo, em que são formados porta-vozes desses grupos, que assumem a funcionalidade de enquadrar e delimitar essas fronteiras, ao passo que formam mediadores:

reproduzem e propagam informações, todavia, de maneira criativa, transformando, traduzindo, distorcendo e modificando os valores que os unem. “Um mediador, apesar de sua aparência simples, pode se revelar complexo e arrastar-nos em muitas direções que modificarão os relatos contraditórios e atribuídos a seu papel” (Latour, 2012, p. 65).

Decerto, tanto o processo de formação de grupos e antigrupos quanto o relativo à formação do *território*, se diferenciando ou se associando, encontram o prisma rizomático. A territorialização, que perpassa a produção criativa dos atores sociais na fragmentação do espaço e na formação de seus grupos e antigrupos, expressando uma organização e afecções, traz uma correspondência ao rizoma e sua agência, que se manifesta na ação de diferenciação e associação, produzindo encontros e afastamentos de acordo com atividade criadora inerente. Dessa maneira, o *território* perpassa a agência do grupo social que o produz, se territorializando à medida que o grupo age em sua rede.

Contudo, como exposto por Latour (2012), o grupo passa por uma reformulação constante de seus valores que o associam entre si e se diferenciam de seu antigrupos. O *território*, enquanto local de expressão desse grupo, é atravessada por uma virtualidade de desterritorialização constante. Se ele existe enquanto diferenciação para com outro, por agenciamentos que atravessam diferentes ritmos e afecções, Deleuze e Guattari (2014) colocam que o *território* pode ser desterritorializado, desde que esse movimento seja operado sobre um agenciamento diferencial, sobre diferentes ritmos e conexões, não impedindo, todavia, uma reterritorialização. Essa dimensão do *território* se encontra na ruptura a-significante de sua constituição rizomática: mesmo que ele se fragmente e seja conduzido por outros agenciamentos, outros devires que o atravessam, sua rede não é rompida, pelo contrário, é conduzida a novas afecções por esse agenciamento que abarca o movimento. Com isso, ele é um *Todo*, um *mundo* que é constantemente refeito pelo grupo que o compõe.

Adentrando na disputa relativa ao campo brasileiro, Fernandes (2008a) salienta o conflito entre campesinato e agronegócio num conflito entre “totalidades diferenciadas” que, sobretudo, se inserem num *Todo*, o território nacional, com seus respectivos *territórios* em conflito (Fernandes, 2008a, p. 198). Nesses termos, o setor agrícola/agropecuário, voltado para apropriação privada dos entes naturais visando sua utilidade para o monocultivo exportador, se territorializou juntamente com a desterritorialização dos *territórios* não capitalistas, camponeses e indígenas. Mesmo com a reterritorialização dessas populações, o autor destaca a ação em benefício desses agentes, salientada na comercialização de propriedades nas políticas públicas de reforma agrária (Fernandes, 2008a, p. 212). Porém, o

agronegócio, enquanto grupo social, traz seu antigupo no conflito territorial, o movimento social por reforma agrária, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Com intuito de conduzir uma análise rizomática, que preconiza a agência dos atores no processo de construção de seus *territórios*, a territorialização do Movimento se insere para além da “fase” homônima de expansão espacial (Fernandes, 2008b), procurando trazer a durabilidade do movimento social por meio de processos de diferenciação do modelo agroexportador do latifúndio monocultor, a medida que atravessa processos de associação, de criação de novas bases sociais e produtivas. Mesmo nessa linha de fuga, em que se destaca a fundamentalidade da agroecologia, a comunicação desses processos com os segmentos dessa trajetória é imprescindível, diferenciando o MST de seu antigupo, o agronegócio, e se associando de forma criadora a novas populações na luta pela reforma agrária, reterritorializando o campesinato num local de expressão de seu devir, de seus traços camponeses, possibilitando um *território* para seu *fazer-mundo*.

5. MST, AGROECOLOGIA E MÁRIO LAGO: LINHAS DE FUGA E ASSOCIAÇÕES

5.1 A TRAJETÓRIA E A CONSTITUIÇÃO DO MST: DIMENSÕES DO *TERRITÓRIO* NO MÁRIO LAGO

Numa caracterização rizomática da territorialização do MST, que encontra no assentamento Mário Lago os traços fundamentais dessa rede conduzida pelos agenciamentos camponeses no devir-MST, é indissociável trazer esse processo contínuo de formação e reformulação do grupo sem-terra, ao passo que se destacam os segmentos que explodem em linhas de fuga. De início, se faz imprescindível compreender as afecções que compuseram o movimento social em sua gênese e que atravessam todo seu devir permanente de luta política pelo acesso à terra.

O processo de constituição do MST remete à resistência das populações rurais no contexto de modernização do modelo produtivo agropecuário no Brasil durante a segunda metade do século XX. A partir das ações desenvolvidas durante a Ditadura Militar, essa mudança nas atividades agrárias brasileiras foram concebidas num modelo de “modernização conservadora” (Oliveira, 2003), que se caracterizou pela manutenção da estrutura fundiária existente, centrada no latifúndio monocultor-exportador, introduzindo o aparato produtivo e as técnicas originadas na Revolução Verde, como insumos químicos, agrotóxicos e

maquinário de cultivo, transformação e beneficiamento desses produtos, priorizando a industrialização da agricultura brasileira. Conservando, sobretudo, o modelo de aquisição de terras concebido no século XIX, tendo como marco a Lei de Terras, de 1850, uma grande parte das populações rurais se viu impactada com a expansão das áreas agrícolas, ressaltando a concentração fundiária como indissociável da interiorização das práticas agropecuárias modernas (Fernandes, 2001; Fernandes, 2008a; Firmiano, 2009; Iha, 2017; Nunes, 2017).

Nesse contexto, um grupo de trabalhadores sem-terra do Rio Grande do Sul, despossuídos do acesso à terra, ocupam a terra indígena de Nonoai, no noroeste rio-grandense, sendo fortemente repelidos pela etnia Kaingang que residia no local, uma vez que estariam ocupando seu *território*. A partir de sua retirada do local, em 1978, esse grupo encontra diante de si o seguinte cenário: migrar para os processos de colonização da Ditadura, tornarem-se assalariados de empresas agropecuárias, migrar para a cidade, ou realizar a luta pela terra (Fernandes, 2001, p. 51). Após algumas ocupações, no acordo na última opção, eles se reúnem em Ronda Alta-RS, em que ali traçam-se debates entre essas populações juntamente com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), organização clerical da Igreja Católica, tirando a demanda pela continuidade da ocupação como forma de luta para acessar a terra e se estabelecer, ou seja, construir seu *território*. A partir de diversas mobilizações que trouxeram ocupações em alguns municípios no Rio Grande do Sul e a conquista de assentamentos no início da década de 1980, esse grupo organizou diversos encontros, que culminaram na criação do MST a partir do Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, em 1984 (Fernandes, 2001; Borges, 2010). Dentre suas dimensões fundamentais, se destacam a recusa aos projetos de colonização empreendidos pela Ditadura Militar, assim como a constituição para a base da luta para acessar a terra, a ocupação e o acampamento.

Na luta pela terra, acampar é determinar um lugar e um momento transitório para transformar a realidade. Quando os sem-terra tomam a decisão de acampar, estão desafiando o modelo político que os exclui da condição de cidadãos. A resistência no acampamento é a façanha. A persistência é o desafio (Fernandes, 2001, p. 55).

Tida como base para as ações do Movimento, a organização desse grupo sem-terra para uma ocupação, que atravessam sua conquista, permanência e condução de uma nova ação, se realiza na formação de um movimento camponês que visa a conquista de novos *territórios*, constituindo sua forma de organização social e seu meio para realização de questões indissociáveis de sua existência, como um devir atravessado e continuado pela sua agência de enfrentamento (Fernandes, 1999; 2008b). Essa qualidade traz uma dimensão que permite a produção de alianças entre diferentes grupos sob a identidade de sem-terra,

colocados em conexão pela sua situação de despossuído e pela agência em conduzir a luta pelo acesso ao seu *mundo*, a terra. Numa rede que coloca esses grupos despossuídos num mesmo leque pela sua situação frente a ausência de propriedade, sua identidade passa “da condição individual de estar sem-terra para a de ser Sem-Terra” pelas afecções experienciadas nessa trajetória coletiva constituída no movimento social que não se esgota na conquista, mas que se faz na continuidade (Alvaides, Scopinho, 2013).

Nesse sentido, a formação do grupo de forma processual inesgotável e em constante reformulação trazida por Latour (2012) encontra base no grupo camponês sem-terra. Colocando a agência ao redor dos assentados, realizadas pela sua atividade em compôr os meios para realização de suas demandas, a passagem de sem-terra à Sem-Terra faz alusão a mediação de seus anseios políticos com a coletividade do movimento social, proporcionando a formação de uma rede de atores interconectados que promovem a aliança dessas populações entre si na busca não só do *fazer*, porém, de se manter no *mundo* (Latour, 2012), agregando-se símbolos dessa realidade coletiva nesta composição (Fernandes 2008b; Alvaides, Scopinho, 2013), territorializando esses atores e seus atos (Deleuze, Guattari, 2014) de forma que se rompe com o fatalismo da condição camponesa (Rosa, 2020)⁸.

Destacada essa permanente condição camponesa de conflito como *fazer-mundo*, o MST expande suas bases territoriais a partir da metade da década de 1980 e na década de 1990. Apesar de um princípio desterritorializante, visto que as ocupações encontram um refluxo pela forte repressão do Estado brasileiro, o MST alcança uma reterritorialização no contexto dos assentamentos de reforma agrária, organizando cooperativas de assentados para produção de alimentos de abastecimento próprio e para demonstração da relevância política da reforma agrária (Fernandes, 2008a). Distante de uma cisão, a própria manifestação dos grupos já assentados enquanto “sem-terra” traz a continuidade dos princípios organizativos do Movimento, sinalizando o não esgotamento da luta pela conquista da terra juntamente da necessidade de manutenção do tensionamento (Alvaides, Scopinho, 2013).

Nesse mesmo período, as primeiras movimentações no que tange o processo de estabelecimento do assentamento Mário Lago são iniciadas. Com objetivo de firmar bases territoriais em locais de ampla presença do latifúndio monocultor, o MST se direciona para o interior do estado de São Paulo, visando fazer o enfrentamento político no *território* de seu antiggrupo, o agronegócio. Trazendo novas dimensões para a luta pela reforma agrária, o Movimento traz alianças geradas no seu cerne, junto à CPT, por exemplo, contudo,

⁸O “fatalismo” mencionado abarca o sentimento de ausência de memória histórica assim como de perspectiva de futuro pelas condições impostas nas relações capitalistas sobre o campo nacional. Para mais, ver: Rosa, 2020.

avançando em direção aos centros urbanos, particularmente sobre a cidade de Ribeirão Preto-SP, pelo seu papel de comando sobre as relações regionais (Elias, 2018), entendendo que firmar bases “territoriais nos limites geográficos entre a cidade e o campo foi outro aspecto fundamental da luta do MST nessa região, pois, para o movimento, é a partir dos centros urbanos que a luta pela reforma agrária pode ganhar força” (Firmiano, 2009, p. 99).

A aliança entre o movimento sem-terra e os trabalhadores urbanos foi uma das dimensões fundamentais para o estabelecimento do MST em Ribeirão Preto. Uma vez identificada como área de disputa e de meio efetivo para realização de suas demandas, característica dos movimentos sociais do campo no estado de São Paulo (Bergamasco, Norder, 2009), a rede do MST, que já possuía relação com as entidades clericais ligadas à CPT, a qual cedeu o Sítio do Pau D’Alho como base para o Movimento, alcançam os sindicatos urbanos, principalmente através Núcleo de Apoio à Reforma Agrária do Sindicato dos Correios, ampliando essa rede de luta e de atores envolvidos (Firmiano, 2009), utilizando Ribeirão Preto como base de ocupações em municípios vizinhos, como Matão, Colina, Barretos, Serra Azul, entre outros. Esse contexto está presente nas colocações de assentados do Mário Lago, trazendo a indissociabilidade da trajetória de luta que conduziu a formação do Assentamento.

[Ao ser perguntada em que local residiu em maior parte de sua vida] Sempre na cidade. Quando casei, fui morar em São Paulo. [...] Trabalhei na roça, também. Na época, era catar amendoim, algodão. Comecei a trabalhar muito cedo para fora. Morei em São Paulo, sofri muito na mão de patroa. Quando vim para Ribeirão, eu e meu esposo falecido, nós compramos um terreno, com muita dificuldade, ali no Jardim Helena. Por sinal, bem perto da fazenda. Ele trabalhava de pedreiro, os filhos dele também, e eu de empregada doméstica, sempre. Surgiu essa oportunidade [ocupação], não lembro quem avisou, e nós viemos para cá. Estávamos começando a construir a casa, então não fomos. Passado um ano e pouco, ele disse: “Vamos para lá, bem? Pertinho daqui mesmo, a gente vem dormir em casa”. [...] Ele já estava numa idade avançada, mas continuava a trabalhar de pedreiro, cara dele e dos filhos. Um sofrimento: tinha que vir e dormir no carro, porque, ele pedreiro e eu faxineira... eu não dormia. Saíamos da fazenda, íamos para casa, tomávamos banho e íamos para o serviço. Se era dia da guarda, eu ficava na guarda e ele ia dormir no carro (Assentada. 05/05/2023).

Não, a gente sempre morou na cidade. Meus pais eram de roça, mas a gente é da cidade. Meu pai era funcionário dos Correios, e ele tinha uma luta de classe junto, sindical, dentro da cidade que foi onde ele veio conhecer o MST, que foi na marcha de [19]97, que passou por aqui e deu início à [direção] regional e às ocupações de terra e assentamentos. Foi esse elo que uniu a gente com a terra. Minha mãe resolveu ir para o acampamento, conquistar uma terra e conquistou na Boa Sorte [Restinga-SP]. [...] Eles tiveram que aprender a como fazer o assentamento (Assentada. 05/05/2023).

A partir dessas falas, é possível constatar que mesmo não possuindo uma relação rural direta ou mesmo em pequena parte da vida, a presença do MST no meio urbano foi

fundamental para abarcar essas populações em situação de maior vulnerabilidade. Ampliando a rede que o grupo abarca, distanciando-se de uma exclusividade rural em direção ao meio urbano, o movimento social traçou novas conexões, reterritorializando seu *fazer-mundo* na condução de novas alianças com grupos de trabalhadores. Dessa forma, a ampliação do grupo se deu pela reformulação da constituição do camponês, de forma que se expandem as afecções que contempla, trazendo novos agenciamentos perante a recampesinização a partir da experiência pela reforma agrária.

A repressão estatal do período anteriormente mencionado abarcou, também, o final da década de 1990, normas governamentais que impediam o acesso à terra daqueles que participassem de ocupações, assim como da não desapropriação de locais ocupados “ilegalmente” (Brasil, 2000). Essa restrição impulsionou ocupações no meio urbano e em áreas adjacentes, pois eram ferramentas para mobilização política e difusão do movimento social. Em Ribeirão Preto-SP, se deram na frente da Câmara Municipal da cidade e em outros bairros urbanos, assim como em locais próximos à antiga propriedade em que hoje se encontra o Mário Lago, a Fazenda da Barra, já no início da década de 2000, como o Sítio Braghetto, em 2003, por cerca de quatrocentas famílias (Firmiano, 2009; Gonçalves, 2010). Em meio a repressão governamental, o MST e os sem-terra dão continuidade ao seu devir histórico, atingindo linhas de fuga e reterritorializando o combate à exclusão do acesso à terra pela agregação de novas populações ao seu grupo, em que os devires dessas populações urbanas marginalizadas encontram eco no movimento social.

O *território* conquistado, o assentamento, torna-se meio e produto para reconfiguração do grupo sem-terra e do campesinato, trazendo a conexão com a população urbana. Pretendido enquanto Comuna da Terra, pela sua qualidade periurbana, não só dos afetos da luta, mas num sentido espacial, o Mário Lago age na “fronteira” da cidade e dos seus conteúdos rurais e urbanos (Firmiano, 2009, p. 139), reterritorializando essas populações no devir-MST. Fazendo dos despossuídos um povo cósmico, em que o *mundo* se apresenta para sua realização (Deleuze, Guattari, 2014, p. 144), o *território* erguido pelo Movimento mantém a possibilidade de múltiplas entradas, sejam nas trajetórias de populações rurais, sejam urbanas, na expansão da rede de seu grupo pela luta política como *fazer-mundo*.

Entretanto, como condição do *território*, ele sempre se encontra passível de se desterritorializar, no sentido da mudança nos agenciamentos que o compõem e dos ritmos e afecções que abarca. Não contemplando essas questões, traçam-se linhas de fuga originadas dentro do próprio *território*. No mesmo período que contemplou essas novas alianças e

mudança no caráter do sem-terra, o MST encontrou dificuldades na organização dessas agências nos assentamentos rurais.

Em meio ao processo de industrialização da agricultura no Brasil, a perspectiva da produção agropecuária capitalista incorporava o investimento do Estado brasileiro por meio de fundos de financiamento, assim como o incentivo fiscal ao uso dos pilares da Revolução Verde, isto é, da introdução do “pacote tecnológico” no campo-rural brasileiro: insumos e adubos químicos, agrotóxicos (herbicidas, pesticidas etc.) e maquinário agroindustrial. Como resultado da reação de entidades conservadoras, o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA, 1985) passa pelo estabelecimento de áreas sujeitas às políticas de reforma agrária como aquelas que apresentassem improdutividade, distanciando-se do interesse social, numa obstacularização burocrática e jurídica por meio desse léxico (Borges, 2010).

Compreendendo a territorialização do MST nesse período histórico, marcado fortemente pelo modelo agroindustrial de crédito agrícola, a formação do modelo cooperativo nos assentamentos encontra esses princípios funcionais da agricultura capitalista. Com aumento da repressão estatal sobre os movimentos sociais de luta pela terra, como já comentado, o assentamento foi percebido como base de sustentação do Movimento, através da materialização da memória e da coletividade do conflito (Borges, 2010, p. 51). Porém, o modelo de implementação do cooperativismo esteve associado, principalmente a partir do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA), na metade da década de 1980, ao crédito voltado para custeio (insumos e serviços para implementação do cultivo, com menor prazo de pagamento) e investimento (maquinário, bens de produção, com maior prazo de pagamento), ocasionando um crescente endividamento dos assentados envolvidos pelo alto montante da dívida sem a capacidade de pagamento:

A adesão ao crédito de custeio para a produção de grãos contradizia a disponibilidade da força de trabalho nos assentamentos rurais. Quanto maior a dependência da mecanização e do uso de insumos químicos na produção, menor seria o emprego da mão de obra em todo processo; para um espaço onde havia “fartura de braços” para o trabalho, a produção em larga escala desestruturaria a reprodução das bases familiares de organização. [...] O PROCERA contribuiu para aumentar a dependência dos assentados a fatores externos, corroborando para o endividamento e bloqueio de novos empréstimos (BORGES, 2010, p. 54).

Além da problemática na estruturação do financiamento e dos aspectos produtivos nas cooperativas e nos assentamentos, baseadas nos mesmos pilares da agroindústria capitalista, o próprio funcionamento do cooperativismo trouxe divergências internas entre os assentados e os quadros diretores do MST. Com objetivo de potencializar o desenvolvimento da agroindustrialização nos assentamentos e a inserção mercadológica dos produtos da reforma

agrária, visando, também, diminuir a miserabilidade dos assentados, desenvolveu-se um sistema de gerenciamento escalar, o Sistema Cooperativista dos Assentados (SAC), a partir da centralização nacional das cooperativas locais e das centrais estaduais à Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), em 1992. O SAC visou a articulação e organização das políticas públicas que abarcavam os assentamentos, organizando escolas técnicas para incremento produtivo e operacional (Ribas, 2004), com horizonte de demonstrar a viabilidade da reforma agrária nos padrões modernos de agricultura, em que a “cooperação é igual a cooperativa ou se dá através dela” (Borges, 2010, p. 60).

Porém, esse modelo centralizado pautado pela integração dos assentados numa hierarquia produtiva produziu conflitos internos aos assentados e às cooperativas. Primordialmente, a coletivização dos equipamentos e das atividades de trabalho numa uniformidade organizacional teve como cerne a construção de um “operariado rural”, ou seja, de um sujeito pautado na superação dos “vícios das formas artesanais de trabalho” para a transformação social centrada na mecanização, divisão do trabalho e produtividade escalar (Borges, 2010, p. 74). Imersa na percepção ortodoxa do campesinato como grupo a ser extinto pelos modos de produção capitalista e na sua superação em direção ao socialismo (Guzmán, De Molina, 2013), as cooperativas do período traziam a prevalência da figura técnico-burocrática, numa cisão com as condições histórico-concretas dos assentados (Ribas, 2004, p. 17). A exaustão desse modelo produtivo, compreendido como “produtivista” e “economicista”, pautou-se tanto por problemas de financiamento e estruturação das políticas públicas para os assentamentos (linhas de crédito insuficientes; crescente endividamento dos assentados; políticas de comercialização da terra) quanto por uma incongruência do sujeito sem-terra proposto pelo MST para com as dimensões dos assentados, prevalecendo o saber técnico-científico sobre conhecimentos tradicionais que possuíam, além de diferenças culturais em relação às atividades a serem desempenhadas (tempo de trabalho e produção de mercado, por exemplo):

A desagregação do modelo de cooperação agrícola teve influência de fatores internos e externos: internamente, relacionados à organização coletiva e à matriz tecnológica de produção; externamente ligados ao papel do Estado no desenvolvimento da política de reforma agrária (BORGES, 2010, p. 99).

A partir desse cenário de esgotamento do modelo produtivista das cooperativas, pautado nos padrões modernizantes da agricultura capitalista, as linhas de desterritorialização internas ao *território* provocam uma mudança nos rumos do movimento social. Na não

contemplação das agências dos assentados, pela centralização do modelo produtivo e pelas formas de trabalho e cultivo incompatíveis com suas afecções, a expressão territorial camponesa é amplamente impactada. Todavia, como colocam Deleuze e Guattari (2014), o *território* pode passar por uma reterritorialização, desde que sejam territorializados os agenciamentos que atravessaram essa mudança, passando a abarcar as diferentes dimensões que o compõem. Nesse sentido, o processo que destaca, em parte, o reencontro do grupo assentado sem-terra com seu *território* do Movimento é atravessado pela incorporação não só de outro modelo produtivo, contudo, de um outro *fazer-mundo*, o da agroecologia e da agrofloresta.

5.2 SABER, CIÊNCIA E MOVIMENTO SOCIAL: A ASSOCIAÇÃO AGROECOLÓGICA

A partir das problemáticas que envolveram a organização e articulação da produção nos assentamentos rurais, o MST atravessa uma reconfiguração de sua dinâmica socioprodutiva. A agroecologia aparece como marco na condução dessa mudança no Movimento, de forma que incorpora novas afecções ao devir-MST, proporcionando não só uma maior proximidade com as demandas e particularidades históricas dos assentados, mas também pela assimilação central do Movimento para com a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, ressaltado fortemente em oposição ao agronegócio. Antes de se adentrar, propriamente, na adesão da agroecologia dentro do MST, se faz necessário sua caracterização enquanto uma outra forma de *fazer-mundo*, que se encontra na aliança entre os conhecimentos tradicionais e o pensamento científico. Para tanto, é imprescindível colocar ao que a agroecologia se apresenta como linha de fuga.

Servindo-se do dualismo entre natureza e cultura, fratura primordial da modernidade, a ciência moderna mobilizou essa separação em dois espectros diferentes juntamente com a hierarquização de saberes e de seus detentores (Latour, 2004; 2012; Ferdinand, 2022). De um lado, o mundo natural, habitado por não-humanos, divididos numa escala de funcionalidade aos projetos coloniais, tornando certas espécies privilegiadas em relação às outras, destacadamente as relativas às monoculturas (algodão, cana-de-açúcar, tabaco), ao mesmo tempo que se hierarquizam os grupos humanos. Ferdinand (2022) concebe essa questão como o habitar colonial: uma engenharia dos corpos humanos e dos ecossistemas, fabricando um meio de satisfação das ambições europeias na colonização, tornando o habitar exclusivamente relativo ao homem branco europeu e privando outras populações desse caráter numa escala hierarquizante. Indissociável da apropriação da terra e da natureza, a violência sobre as

populações ameríndias e africanas escravizadas representava a exclusão do *mundo* para esses grupos, excluindo seus saberes, conhecimentos e redes interespecies experienciadas:

Com seus princípios, seus fundamentos e suas formas, o habitar colonial reúne os processos políticos e ecológicos da colonização europeia. A escravização de homens e mulheres, a exploração da natureza, a conquista das terras e dos povos autóctones, por um lado, e os desmatamentos, a exploração dos recursos minerais e dos solos, por outro, não formam duas realidades distintas, e sim constituem elementos de um mesmo projeto colonial. A colonização europeia das Américas é apenas o outro nome da imposição de uma maneira singular, violenta e destruidora de habitar a Terra (FERDINAND, 2022, p. 56).

Portanto, a dominação sobre o meio natural, empregada durante a fabricação das *plantations*, é umbilicalmente ligada à dominação sobre outros grupos humanos, subalternizando suas existências, seus *mundos* e suas redes com não-humanos. Cindindo uma relação sociocultural com o meio ambiente pela aniquilação de outras afecções, a ciência tornou-se “porta-voz” da “multidão muda e material dos objetos”, colocando sobre a prática científica a atribuição de maior exatidão aos “fatos puros” (Latour, 2012). No lugar dessa visão atravessada da divisão moderna, oriunda da ação colonial, Latour (2004) coloca a indissociabilidade da relação entre humanos e não-humanos, no sentido de que se associam numa rede de coletivos, que colocam em diálogos diferentes contextos e formas de se relacionar; ou seja, no lugar de um mononaturalismo, é necessário apreender as amplas formas de associação entre grupos humanos e não humanos, no “lugar de nos encontrarmos diante de uma natureza sem história e uma sociedade com história” (Latour, 2004, p. 70). Dentro dessa perspectiva de um pluralismo que contemple diferentes redes, afecções e atores humanos e não humanos, Ferdinand (2022) traz a noção de *fazer-mundo*, na promoção de alianças, do viver em conjunto entre grupos humanos e diferentes grupos não humanos, tratando de preservar e construir um mundo entre si. “Manter juntos esses dois polos é a ambição da cosmopolítica da relação” (Ferdinand, 2022, p. 258).

É nesse sentido que a agroecologia se apresenta enquanto prática de cultivo e criação que não rompe com as diferentes associações entre entes humanos e não humanos. Ressaltando a sua dimensão indubitável de origem no conhecimento tradicional, Guzmán e De Molina (2013) ressaltam que a agroecologia é inerente ao campesinato pela perspectiva de manejo imersa numa relação com o meio que abarca essa pluralidade do mesmo enquanto agroecossistema (Guzmán, De Molina, 2013, p. 76). Logo, é na rede dessas associações entre entes humanos e não-humanos no agroecossistema, manejado de acordo com essa perspectiva, que dá esse *fazer-mundo* ao camponês.

No pensamento indígena, englobando diversas matrizes étnicas, o multinaturalismo é questão fundamental, uma vez que permite a apreensão de um *mundo* compartilhado de diferentes seres, envolto na multiplicidade de seres e seus modos de existir (Latour, 2020, p. 45), corporificados de forma particular, que, contudo, compartilham uma unidade comum e inseparável, um *Todo*, proporcionando uma cosmopolítica (Viveiros de Castro, 2002, p. 246; Kopenawa, Albert, 2015). Desse modo, a ação é compartilhada por todos os seres que compõem e existem no mundo, distanciando-se do dualismo natureza-cultura através do manejo do *mundo*, alinhando-se junto os entes humanos e não-humanos (Dos Santos Luciano, 2019), agindo num contradualismo (Ramos, 2020).

Enquanto um encontro de devires (Deleuze, Guattari, 1995), devolvendo à agência aos entes não-humanos e se relacionando de forma conjunta com os humanos, num devir-com o outro (Deleuze, Guattari, 2014), a interdependência das espécies é primordial para essa mundificação (Haraway, 2022a). Produto do conhecimento tradicional e constantemente reformulado, uma vez que a cultura tradicional não pressupõe reprodução estática, e sim uma adaptação virtual da tradição (Fernandes, 1976), a prática agroecológica traz sua dimensão enquanto “tecnologia espiritual”, que retoma a rede de agenciamentos e afecções experienciados (Stengers, 2015):

Por exemplo, entendo [a agroecologia] como tecnologia, por que é importante fazer um planejamento, que não deixa de ser técnico, e neste sentido, potencializador da produção. Ao mesmo tempo em que é cosmológico, isto é, o plantio do milho é feito de acordo com as fases da lua, pois, sempre na sua fase minguante é tempo de plantio. Mas, por que é plantando nesta fase da lua? Porque vai demorar mais a carunchar, pois terá menos bicho. Então, eu vejo isso como uma ciência, uma sabedoria baseada em observação e experimentação que gera uma resposta. Uma das explicações lógicas para esse argumento é porque na lua minguante tem menos água, enquanto que na lua nova sempre tem mais água na temperatura, ou seja, umidade. Planta-se na lua minguante também porque é perto da lua nova e por isso já vai chover e vai brotar. Isto é uma probabilidade forte, ou seja, uma certeza, considerando o modo científico de pensar (PERALTA, 2017, p. 10).

Além de sua dimensão étnica e de conhecimento tradicional amplamente documentada (Norder et al, 2019), a agroecologia, ela mesma como um devir conjunto na sua prática de *fazer-mundo*, traz sua qualidade enquanto prática de conhecimento científico. No que diz respeito a essa perspectiva, sua introdução nas práticas da agricultura e da ciência moderna remetem ao contexto da Revolução Verde. Fortemente marcada pela interdependência entre mercados agrícolas e ciência, os métodos de cultivo agroindustriais são amplificados na segunda metade do século XX. Com ação fundamental do Estado no incentivo aos seus pilares, criou-se um sistema altamente dependente de produtos industriais para o cultivo agrícola, de forma que se criam os complexos agroindustriais como forma de sustentar esse

modelo socioprodutivo extremamente dependente de importação tecnológica que visa a monocultura (Iha, 2017; Nunes, 2017).

Compreendendo a cisão moderna entre natureza e sociedade, a agroecologia concebe sua teoria de forma inerente à sua dimensão prática, pautada na reconciliação dessa fratura (Machado, Machado Filho, 2010). Originada na área da agronomia, ela está imersa num fluxo que engloba uma rede que não se restringe da academia para o espaço público, trazendo uma vasta gama de movimentos no seu estabelecimento enquanto prática (Paulino, Gomes, 2020). Possuindo uma polissemia e um pluralismo inatos (Norder et al, 2016), a incorporação das práticas referentes a esse modelo concernem a emergência dos debates sobre desenvolvimento sustentável, mobilizando formas de “agricultura alternativa” perante o “modelo convencional” da “modernização conservadora”. Nesse prisma, ela é uma prática agrícola e social que visa a construção de um agroecossistema a partir dos insumos provenientes do próprio manejo da área cultivada, de forma que não sejam utilizados produtos industriais - insumos, adubos, agrotóxicos -, isto é, numa sustentabilidade e autossuficiência do ecossistema nas atividades agrícolas, construindo e organizando os ciclos do meio ambiente juntamente dos diferentes atores que compõem essa rede associativa. Dotada de uma multidimensionalidade, com múltiplas entradas e concepções, a agroecologia é, em si, um rizoma, colocando em consonância os devires que compõem o *fazer-mundo* camponês, trazendo o diálogo entre o conhecimento tradicional, o pensamento científico e a multidisciplinaridade em seu cerne (Borges, 2010; Machado, Machado Filho, 2010; Iha, 2017; Nunes, 2017).

A entrada da agroecologia e da agrofloresta no MST contemplam sua territorialização entre as décadas de 1990 e 2000. Atravessando experiências locais de forma mais incipiente, a temática adentra mais fortemente o interior do Movimento a partir de 1995, quando é contemplada no I Encontro Nacional de Mulheres do MST e no 3º Congresso Nacional. Contudo, é na criação da Via Campesina em 1992/1993, na Nicarágua, que esse projeto alcança maior relevância, uma vez que esse movimento camponês internacional, “autônomo, pluralista e multicultural”, que atravessa camponeses e camponesas “em movimentos de sem terras, assalariados/as rurais, pequenos camponeses/as, pescadores, indígenas, ribeirinhos, mulheres e jovens”, interliga de forma indissociável as redes de educação e permanência no espaço-território pela segurança e soberania alimentar (Lima et al, 2015, p. 83). Nesse cerne, se dá a Pedagogia Camponesa Agroecológica, baseada no vínculo entre “território-sujeitos-educação-agroecologia”, visando: 1) a “reterritorialização educativo-pedagógica”, relacionando ensino e conteúdo ao local, de forma que concebe múltiplos lugares para conformação dessas subjetividades; 2) a “geopedagogia do

conhecimento”, como movimento de “apropriação de significados para leituras do mundo”; e 3) a “formação de sujeitos construtores de conhecimento”, trazendo a qualidade das populações camponesas de desenvolverem saberes válidos e equivalentes, ressignificando as características agroecológicas para cada contexto sócio-cultural, ao mesmo tempo que destacando a capacidade mediadora dos agentes camponeses de cada local nessas ações (Barbosa, Rosset, 2017, p. 717-718).

A partir do 4º Congresso Nacional, realizado em 2000, o Movimento se volta para práticas relacionadas ao desenvolvimento sustentável, estruturando novas bases das práticas produtivas nesses princípios, salientando a questão ambiental em seu cerne. Nesse sentido, estendeu, trazendo essa característica pela rede da Via Campesina que se insere, o sujeito sem-terra às comunidades originárias e tradicionais indígenas e quilombolas (Borges, 2010; Aliaga, Maranhão, 2021). Isso rearticula a relação de saberes no interior do MST: se antes, na rede cooperativa, pautava-se um modelo voltado para formação de um “operariado rural” como agente revolucionário, o conhecimento local e os saberes anteriores ao Movimento dos assentados passou a ser mobilizado, ao mesmo tempo que também se rompe a perspectiva de oposição entre urbano/moderno-campo/atrasado, trazendo uma pedagogia não só “no” campo, mas “do” campo (Mesquista, Nascimento, 2014). Dessa maneira, como linha de fuga desterritorializante, as expressividades do *território* camponês passam a ser inseridas pela dinâmica agroecológica/agroflorestal, reterritorializando essas agências:

O conhecimento tradicional camponês, antes rejeitado, assume lugar central nas propostas para o desenvolvimento dos assentamentos, assim como também são quebradas as barreiras internas que separavam a luta pela reforma agrária da questão ambiental. [...] Para o MST, enquanto organização, o agricultor deixa de ser um mero objeto em uma massa revolucionária e passa a ser um sujeito criando a sua própria existência, com conhecimento e valores morais que são considerados como sendo o germen para a construção de uma sociedade mais justa, sustentável e melhor (Borsatto, Carmo, 2014, p. 657).

Figura 3. 4º Congresso Nacional do MST - Reforma Agrária: Por um Brasil sem Latifúndio!



MST⁹

A condução desse processo pedagógico atravessou a propagação de cursos de formação para os assentados nessas novas dinâmicas produtivas (Borges, 2010), inserindo-os numa rede de ensino-aprendizagem pautado na autonomia enquanto sujeito político (Mesquita, Nascimento, 2014), de forma a exigir uma colocação ativa do camponês para conhecimento das especificidades do ecossistema em que se encontra, de modo a ser um processo contínuo e inesgotável (Lima et al, 2015, p. 95). Assim, essas atividades se tornam meios para recuperação da memória, organização social e prática popular (Rosa, 2020), desenvolvendo, não só redes de articulação internas ao assentamento e ao próprio Movimento, porém, na ampliação dos atores envolvidos, englobando outros pequenos produtores, Organizações Não Governamentais (ONGs) e universidades (Naves, Reis, 2017).

No caso do assentamento Mário Lago, a agroecologia desponta a partir de 2011 por meio de intercâmbios e parcerias dos Agricultores da Barra do Turvo - Cooperafloresta, juntamente com a realização dos cursos de capacitação internos ao assentamento, destacando a complementaridade dessas atividades. Porém, traz-se uma conflituosidade relativa ao ensino técnico agroecológico e o Estado brasileiro. Nesse meio, as demandas perante educação técnica e ambiental, que atravessam novas reivindicações do movimento social, passaram a ser cada vez mais escamoteadas pelo governos estatais petistas (Aliaga, Maranhão, 2021), tendo a própria presença das lideranças do MST em Brasília caído ao longo dos governos Lula pelo apoio dado pelo então presidente ao agronegócio, deixando a reforma agrária a se

9

realizar “em terras ociosas” (Pompeia, 2018, p. 218). Mesmo com a obrigatoriedade da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), no seio da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), a partir de 2010, que contempla assentamentos de reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas, assim como empreendimentos familiares, pescadores e extrativistas, boa parte das famílias no Mário Lago relatou não ter auxílio de cunho técnico estatal (Nunes, 2017), sendo o restante recebido por meio de cooperativas, associações e organizações não governamentais, que executam projetos específicos no assentamento:

Este resultado encontrado relaciona-se diretamente ao contexto político do país e a situação em que os assentamentos rurais foram inseridos desde meados de 2016, quando houve um severo corte de recursos do governo Federal e os serviços foram paralisados através do bloqueio a contratos de prestação de serviços a agricultores familiares e assentados em programas de reforma agrária de todo o Brasil (NUNES, 2017, p. 68).

Nesse contexto, remontando à imposição do TAC, que trouxe a obrigatoriedade do modelo agroecológico e agroflorestal como contrapartida ao movimento social para implantação do assentamento, essa abordagem trouxe a sobreposição de trabalho para os assentados. Iha (2017) coloca que o ônus público de recuperação do espaço, altamente impactado pelo latifúndio-monocultor, foi estendido aos camponeses, sendo a recuperação ambiental um trabalho não pago a esse grupo em sua realização. Dentro dessa realidade colocada por Nunes (2017), em que o próprio ensino técnico, de responsabilidade dos órgãos estatais, não se realizou na maioria das famílias assentadas, outra dimensão é o abastecimento de água e fornecimento de infraestrutura. O INCRA teria a responsabilidade de construção de onze poços distribuídos em diferentes núcleos do assentamento para viabilizar a produção nos lotes de cada assentado, fornecendo a canalização dessa água para as casas, também no sentido de consumo, além de restringir a construção de poços em lotes particulares. Contudo, o que os assentados trazem em suas falas expõem a ausência desse aspecto básico no compromisso assumido por parte do Estado:

É um limitante bem grande. Muitos falam que não podem molhar os canteiros com essa água que é para consumo. A pessoa teria que fazer um poço no lote, que não é uma coisa barata, não é todo mundo que tem esse recurso e ainda dizem que não podem fazer o poço. Tem pessoas que falam: “Se eu abro um poço aqui, e um vizinho abre lá, seca o meu”. Tem essas histórias também (Moradora do assentamento, em entrevista realizada em 05/05/2023)¹⁰.

¹⁰A entrevistada se trata de uma integrante do movimento social, agrônoma, que reside em uma parte do lote de outro assentado, sem qualquer tipo de cobrança (aluguel e/ou arrendamento) e que produz uma agrofloresta nesse espaço que reside.

Se você tem uma horta, você fica quinze, vinte dias sem água do poço, porque a maioria não quer colaborar. É uma dificuldade muito grande. Quem tem uma condução, vai em outro lugar pegar água de outro lugar mais próximo, para beber, tomar seu banho. Nós temos pessoas de idade aqui dentro, não pode fazer nada. Água é um bem divino para todos nós. Você fica sem água. Se você tiver irrigação... você tem que buscar água para beber no bairro ou no vizinho, que pertence a outro poço. Quem não tem uma condição, é um problema sério. De cada duas ou três vezes, acontece no ano (Assentada, em entrevista realizada em 05/05/2023).

Foram furados os poços. A perfuração deu nem o total que tinha que ser dado. Tinha-se em mente que tinham perfurado em noventa metros, na realidade, foram sessenta. Quem canalizou até a residência foi a comunidade, que não estava com os canos oficiais. Foram as mangueiras, os conduites, tudo de recurso próprio (Assentada, em entrevista realizada em 05/05/2023).

Se a gente falar do assentamento não ter água em cima do aquífero, é descabido demais, não é? Não tem como a gente entrar na cabeça disso. Pessoal sofreu muito. Era uma caixa d'água para ficar quinze dias. O INCRA furou o poço, mas não levou as mangueiras, vai carriola para levar água. É um absurdo (Assentada, em entrevista realizada em 05/05/2023).

Os poços que foram furados aqui, alguns irregulares, nenhum homologado. Foi um descaso político muito grande da forma que deveria fazer. Dos poços, muitos estão desativados, e os que estão funcionando, não funcionam adequadamente, porque não tem energia de qualidade, não tem distribuição da água. Estamos num assentamento, agroecológico, com potencial de produção muito grande, mas com dificuldades muito grandes em relação a água: não tem poços suficientes, não tem distribuição, não atendem às demandas das famílias, e não tem interesse político de resolver essa questão, principalmente no município de Ribeirão Preto (Assentado, em entrevista realizada em 05/05/2023).

Desse modo, a partir das colocações dos assentados, a ausência de estrutura básica teve de ser contornada pelas próprias comunidades, o que acarreta conflitos entre os próprios assentados, tanto no sentido de dispêndio monetário para construção de novos poços e capacitação dos já existentes, quanto da possibilidade dessas ações impactarem sobre outros lotes. Como colocado em uma das falas, mesmo num contexto de implantação do Assentamento enquanto forma de proteção do Aquífero Guarani e de sua área de recarga, ele se encontra numa situação de profunda vulnerabilidade no que tange o acesso à água, tanto para produção quanto para consumo, salientando a profunda dimensão de injustiça ambiental na sobreposição de imposições de recuperar o solo amplamente desgastado juntamente com a precariedade de acessar o recurso hídrico (Achselrad et al, 2009). Entretanto, mesmo nessas condições de ampla degradação do solo e de ausência de amparo técnico no que diz respeito à formação e fornecimento de infraestrutura, o assentamento Mário Lago desenvolveu vastas experiências agroecológicas e agroflorestais em seu *território*, não só como prática produtiva, mas como dinâmica de expressão e criação de redes.

A agroecologia é uma forma natural de produção, mas é muito mais do que isso. Aí entra uma outra vertente. [...] A base no aspecto da produção é buscar a sua subsistência de insumos a partir do próprio lote, do seu próprio sítio. Você não depende de insumos externos, e isso é contra hegemônico. Porque o capital coloca que você tem que comprar os pacotes tecnológicos, desde a semente, que eu não posso comercializar o fruto dela como semente depois, até a produção de agrotóxicos e adubos químicos. É tudo vinculado à marca. Na agroecologia, não. É libertação, mas não é só isso. Também é respeito à natureza, aos tempos da natureza, respeito ao outro, seja o outro o que for, gênero, raça, religião. É você interagir com o meio ambiente de forma a não extrair nada, mas contribuir com o que aquilo que ele lhe dá, em relação à produção, qualidade de vida. Não é eu extrair da terra, é eu conviver com a terra. Isso o agronegócio não faz. é uma indústria extrativista: tudo igual, uniformidade, e extração. A prova que você precisa disso está nas florestas, aí que chegamos nas agroflorestas (Dirigente de produção do assentamento, em entrevista realizada em 18/07/2023).

Trazendo profundamente a diferenciação do modelo do agronegócio, que traz a engenharia de paisagens voltadas para seu aspecto funcional, isto é, da manutenção da lucratividade, aqui, na dinâmica agroecológica, a natureza aparece como ente participativo, em que os não humanos são contemplados a partir de sua participação imprescindível para manutenção do solo enquanto uma estrutura viva (Primavesi, 2020). A partir disso, é possível compreender o *fazer-mundo* agroecológico/agroflorestal nessa ressignificação da relação para com a natureza. De forma que se distancia dessa apropriação pautada na reprodução de um grupo exclusivo de espécies e relações e de um modo de habitar, ela produz novos arranjos nessa construção de *mundo*, como um plano extenso que propicia agência a novos grupos sociais, em destaque as populações urbanas, nessa recampesinização de forma conjunta a outros seres, contemplando diferentes agências e afecções nessas relações (Deleuze, Guattari, 2014; Latour, 2020; Ferdinand, 2022).

Mas acesso à terra mesmo, como trabalho, como fazer agrofloresta, iniciou aqui. Me apresentaram, falaram: “Põe aqui”. Eu pensei: “Que bagunça, mas eu vou fazer”. É tudo misturado, planta tudo misturado. Você planta só alface, só almeirão, e quando te apresentam alguma coisa diferente: “Poxa, será que pode dar certo?”. Mas nunca discuti, não. Vamos fazer. Meu irmão fez o curso de técnico em agroecologia. Ele que foi ensinando para mim (Assentada, em entrevista realizada em 05/05/2023).

[Quando perguntado sobre o que plantavam no lote] Até pensamento. Tudo que você pensar tem: berinjela, alface, couve, café. [...] Vieram professores, povo que ensina a gente, como cuidar da terra. Nós experimentamos, ensinaram a gente. Jogamos esterco de porco, mistura esterco de gado, matéria orgânica. Do jeito que ensinaram, a gente faz (Assentado, em entrevista realizada em /05/05/2023).

É claro, a gente tem um clima quente, mas, por exemplo, várias culturas que diziam que não produziria aqui, a gente já teve experiência de produção, batata, por exemplo, é uma delas. Ninguém se achava que poderia produzir batata inglesa no assentamento. Produzimos e plantamos alguns quilos de semente de batata. Estou dando exemplo da batata, mas existem outros produtos também que se você voltar para forma de produção correta, e aqui a gente trabalha nesse sentido de parceria com a natureza, produção agroecológico, que é fazer o manejo correto, trabalhar

com agroecologia voltada para agrofloresta, é possível produzir de tudo (Assentado, em entrevista realizada em 05/05/2023).

Eu acho que tudo tinha que ser agrofloresta. Esses dias até estava no debate na escola, o cara falando da soja e coisa e tal. Estava conversando: “O agronegócio doou soja? Doou feijão? O agronegócio também tem feijão. Doou? Não!”. Foi o MST que doou, e doou uma variedade de alimentos, as coisas da agroecologia (Moradora do assentamento, em entrevista realizada em 05/05/2023).

Essa última fala remete ao contexto da pandemia de COVID-19, em que a vulnerabilidade social atingiu níveis críticos, principalmente com aumento dos preços de produtos da cesta básica. Nesse âmbito, diversos movimentos sociais que trabalham com produção agroecológica realizaram ações, tanto de comercialização quanto de doação, em comunidades urbanas periféricas, visando a promoção de uma “solidariedade ativa” entre campo e cidade, com intuito de promover um “paradigma ecossocial” na perspectiva relacional do ser humano com a natureza (Niemeyer, Silveira, 2022). A exemplo desses coletivos, o MST também realizou algumas destas atividades na região de Ribeirão Preto a partir de sua sede no município juntamente com o acampamento, construído em conjunto do MST e União dos Movimentos de Moradia (UMM), Campo-Cidade Paulo Botelho, localizado no município de Jardinópolis, em que foram entregues produtos oriundos do acampamento e do assentamento Mário Lago.

Figura 4. Entrega de alimentos no bairro Vila dos Reis (Jardinópolis) em meio à mobilização 26º Grito dos Excluídos, em setembro de 2020.



Filipe Augusto Peres¹¹.

11

Disponível em: <https://mst.org.br/2020/09/08/em-sp-grito-dos-excluidos-inclui-doacao-de-alimentos-saudaveis/>

Figura 5. Doação de alimentos em Jardinópolis na mobilização nacional Bolsonaro Nunca Mais, em abril de 2022.



Filipe Augusto Peres¹².

Figura 6. Doação de alimentos em Jardinópolis na mobilização nacional Bolsonaro Nunca Mais, em abril de 2022.



Filipe Augusto Peres¹³

Dessa maneira, para além do abastecimento de diversas instituições (socioassistenciais, filantrópicas e públicas) tanto pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) quanto pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), as doações feitas pelo MST, a partir de produtos obtidos diretamente do assentamento Mário Lago e do acampamento Campo-Cidade Paulo Botelho, foram direcionadas à bairros urbanos periféricos, em destaque o bairro Vila dos Reis, em Jardinópolis (SP). Assim, compreendendo a transformação do grupo camponês do MST, essas ações promovem a maior integração das

¹² Disponível em:

<https://mst.org.br/2022/04/11/alunos-e-pesquisadores-da-ufscar-realizam-vivencia-em-areas-do-mst/>

¹³ Disponível em:

<https://mst.org.br/2022/04/11/alunos-e-pesquisadores-da-ufscar-realizam-vivencia-em-areas-do-mst/>

lutas urbanas e rurais por justiça social junto à justiça ambiental, num contexto de promoção de alianças entre essas diferentes populações, desenvolvendo uma rede de atores que une diferentes dinâmicas na construção de uma sociabilidade baseada em novos arranjos, isto é, novas formas de habitar o *mundo*.

Retomando o processo de aprendizado agroecológico e agroflorestal, a educação como processo de transmissão de saberes multidirecionais traz suas características rizomáticas, rompendo essa perspectiva de comando e controle antropocêntrica para com o dito “meio natural”. Como coloca Latour (2012), um ator-rede se dá pela sua agência inserida numa rede de movimentos, sendo muito amplas as suas formas de conexão, trazendo um devir com o outro, sendo seu corpo a junção do material que lhe pertence aos afetos que desenvolve (Deleuze, Guattari, 2014, p. 40). Distante da figura do intermediário, passivo ao seu entorno, esses atores mediam sua realidade perante suas conexões e deslocamentos (Latour, 2012, p. 292). Essa dimensão é indissociável da prática agroecológica desenvolvida pelo MST no assentamento Mário Lago, uma vez que coloca, através da recampesinização, as populações urbanas em novas afecções com a terra, compreendendo a educação como um pilar fundamental para sua realização enquanto sujeito, dimensionando seus conhecimentos e práticas de acordo com sua rede local. Para além disso, permite empreender a construção de novas redes, conectando populações urbanas periféricas na região com essas lutas, em que o ensino e o compartilhamento de saberes age nessa construção de *mundo*, conduzido através do manejo agroflorestal.

Esse manejo permite contornar muitas dificuldades impostas tanto pela realidade local do assentamento, em meio ao solo compactado, exaurido pelo modelo monocultor da Revolução Verde e no difícil acesso à água, assim como da reconstrução das relações com outros seres não humanos presentes nessas áreas. Em primeiro lugar, a degradação ambiental na antiga Fazenda da Barra trouxe extremas dificuldades para instalação dos plantios, muito por conta do uso intensivo de maquinário, da exaustão dos nutrientes presentes na terra, além da ausência de abastecimento hídrico. Ademais, as mudanças climáticas ampliaram essas dificuldades, principalmente no que tange a alteração do regime de chuvas, estendendo os períodos de seca, que, mesmo com a chegada das chuvas, ainda pode haver forte impacto prejudicial sobre as plantações (Cassimiro et al, 2022, p. 155). Apresentando impactos particulares aos assentados pela ausência de condições infraestruturais de rápida realização para combate a essas questões (Arbarotti, Martins, 2019), a agroecologia e a agrofloresta se apresentam como soluções possíveis para contornar essa condição através do manejo dos

entes naturais, como “capacidade sensível de compreensão e de alinhamento natural ao funcionamento orgânico da natureza e do mundo” (Dos Santos Luciano, 2019, p. 6):

Uma das vantagens da agrofloresta, que preconiza a cobertura de solo, é tão evidente que você coloca a mão e já percebe: solo coberto é úmido. Plantas não precisam de água, precisam de umidade. Lógico, se eu estou na agricultura convencional, quanto mais água eu coloco, mais adubação química fica diluída e mais a planta absorve aquilo e cresce mais rapidamente. [...] A ideia é garantir a cobertura de solo, a umidade e o mínimo de água, porque se eu ficar gastando água, não estou sendo agroecológico, porque não estou preservando o maior insumo da vida: junto com o sol, é a água. Sem os dois, a gente não vive (Dirigente de produção do assentamento, em entrevista realizada em 18/07/2023).

Se você pensar a função da árvore no sistema, uma alface, uma soja, um feijão, não vai cumprir essa tarefa toda desse ciclo. [...] Eu fico com vontade de derrubar as bananeiras para cobrir o solo, porque elas têm água, para não perder a vida da terra. Eu preciso dela para a estação seca, senão vou ter que meter irrigação. Então, vou derrubar banana e pôr nas mudinhas de café e caju. Enchi de tronco de banana lá e espero que segure a umidade e dê comida, tanto água como nutrição. A dinâmica da agrofloresta com as podas, com o manejo da estratificação, com a sucessão e tudo, ela dá esse equilíbrio da água, da formiga, das doenças, de tudo isso, que só a agricultura orgânica, acaba não dando tudo isso daí. Se Ribeirão era uma mata, para a gente recuperar o nosso clima, teria que voltar a ser isso (Moradora do assentamento, em entrevista realizada em 05/05/2023).

Nossos companheiros precisam acordar. A gente sabe que precisa cuidar do solo primeiro. [...] Na horta, você joga o esterco, mas não tem quantidade de esterco para jogar nesse tamanho. Se você manejar, uma área de um ano, depois outra de um ano, a primeira está guardada por um ano. Ela está se regenerando, a natureza faz o seu trabalho e faz sozinha. É impressionante como você deixa e ela faz. Tem pedaços que você deixa e ela faz que estão perfeitos. Quando eu voltar, ela vai estar com tudo pronto, os bichinhos, tudo. As pessoas precisam acordar para isso, o que a gente já consegui com a agrofloresta. [...] As pessoas precisavam acordar, você ir recuperando o solo com cobertura. Não é adubação, não é gastar dinheiro, é pensar (Assentada, em entrevista realizada em 05/05/2023).

A gente usa muito menos água do que as culturas convencionais, porque nós trabalhamos com solo coberto, com agrofloresta, nossa água volta direto para o aquífero, e volta na mesma condição que captamos ela. A gente capta muito menos água que o necessário, porque o sistema de produção agroflorestal demanda muito pouca água. Ficamos bem tranquilos de conversar a respeito de água, com quer que seja (Assentado, em entrevista realizada em 05/05/2023).

A partir do uso de técnicas de cobertura do solo, internalizadas a partir dos processos de ensino-aprendizagem desenvolvidos nos cursos de formação e no intercâmbio com outros assentamentos e grupos, mesmo na ausência de um abastecimento constante de água, a produção nos lotes foi possível devido a preservação da umidade por meio das próprias culturas ali utilizadas, como a banana, citada em uma das falas, com o manejo para cobertura do solo. Assim, permite-se a preservação da umidade, base para formação da matéria orgânica, tal como a ampliação da biodiversidade pelo estabelecimento de uma cadeia trófica de diferentes organismos (Machado, Machado Filho, 2014), ao mesmo tempo que

diferencia-se do agronegócio que traz, na própria região de Ribeirão Preto, a concentração não só de terras, mas também de recursos hídricos (Junior, 2010).

Adentrando em outro aspecto da produção no assentamento, são constituídas novas relações com os diferentes agentes e seres da natureza, assim como seu próprio ritmo e tempo. Com o aprofundamento das pesquisas sobre o desenvolvimento da agricultura por diferentes grupos humanos ao longo da existência da humanidade, processos antes destacados de forma retilínea e linear, como a “revolução neolítica”, irradiados a partir de um centro dilatador, cedem lugar para análises que contemplam diferentes relações de grupos humanos em amplos contextos de espaço-tempo numa vivência interespecie com uma vastidão de animais e plantas (Zeder, 2011; Magalhães, 2019; Silva, 2022). No lugar da domesticação, logo, do domínio sobre o meio e sobre os seres que ali existem (Dos Santos Luciano, 2019), salientam-se diferentes experiências de manejo e dependência mútua, numa dinâmica coevolutiva (Magalhães, 2019, p. 294), em que o reconhecimento deste fato atravessa os modos de apropriação do *mundo*, da mundificação (Haraway, 2022a). Logo, as falas dos atores do Mário Lago atravessam essas dimensões, principalmente na perspectiva de entendimento dos tempos da natureza, concebendo a extensão à ela na qualidade de agente e ator, isto é, que traz uma agência sobre esses processos (Latour, 2004).

Identificar natureza e cosmos significa antes de tudo fazer da natureza não um princípio separado, mas aquilo que se exprime em tudo o que é. Inversamente, o mundo não é o conjunto lógico de todos os objetos, nem uma totalidade metafísica dos seres, mas a força física que atravessa tudo o que se engendra e se transforma (COCCIA, 2018, p. 23).

A agroecologia e a agrofloresta tornam-se terrenos férteis para aprofundamento dessas perspectivas. Mesmo na sua dimensão acadêmica, as relações locais entre os seres não humanos trazem uma importância fundamental, porque as plantas, como base da cadeia trófica pela qualidade de captação e armazenamento da energia solar, possuem relações específicas desenvolvidas com o meio e suas características (minerais presentes, estrutura do solo, processo de formação etc.), e com outros seres, seja de forma intraespecífica e/ou interespecífica. Essas relações recebem o nome de alelopatia, podendo destacar redes antagônicas ou amplificadoras de suas virtualidades, em que, nesta última, destacam-se como plantas companheiras e indicadoras, pois permitem um “diálogo” com a natureza sobre o andamento do manejo ali praticado (Machado, Machado Filho, 2014, p. 226). Como “mediadores cósmicos”, elas permitem a conexão dos diferentes tipos de vida com o espaço, permitindo a extensão das relações enquanto *mundo* (Coccia, 2018, p. 81).

Contudo, as práticas agrícolas/agropecuárias pautadas nos princípios modernizantes de dominação sobre a natureza e sobre outros grupos humanos afetam profundamente o equilíbrio desses agroecossistemas, impactando sobre as ações dos diferentes seres envolvidos nessa teia. Através da homogeneização das paisagens, da redução da biodiversidade e da violência contra os povos não brancos pelos empreendimentos coloniais, a relação com os entes não humanos foi transformada por uma ecologia colonial, de forma que visou extinguir outras maneiras de *fazer-mundo* (Ferdinand, 2022), numa divisão purificadora entre humanidade e natureza (Haraway, 2022b, p. 83). Com o direcionamento da agricultura e agropecuária num sentido comercial na expansão do capitalismo e do colonialismo, na interligação das redes de transporte e na intensidades desses fluxos, ao romperem o equilíbrio existente nesses agroecossistemas, essas práticas converteram seres com relações específicas em seus âmbitos locais em virtuais agentes destruidores, ou seja, que impactaram e impactam em sentido produtivo/econômico as plantações. Assim, à diferentes plantas, insetos e micróbios são atribuídos a alcunha de “pragas” e/ou “doenças”, como categoria antropocêntrica, pois são classificadas em como afetam coletivos humanos na obtenção das “plantas úteis”, o que levou à introdução e o desenvolvimento dos agrotóxicos (fungicidas, herbicidas, inseticidas, entre outros) como pilar desse modelo produtivo (Silva, 2022).

Nesse seio de olhar dominador sobre a natureza pelo seu caráter utilitário para realização do lucro, os empreendimentos coloniais identificaram nos entes não humanos uma hostilidade a sua presença, que foi utilizada como resistência por diferentes populações no enfrentamento dessa violência (Ferdinand, 2022). Em destaque, a figura das formigas assumiram lugar de destaque nessa relação, muitas vezes equiparadas às resistências das sociedades locais durante o colonialismo (Silva, 2022, p. 28). Com isso, ingressar numa ação ecossocial agroecológica e agroflorestal, nesse *fazer-mundo* para expressão de um *território*, traz a necessidade de reformular essa relação marcada no domínio; pensar nesta a partir da extração de um algo comum que coloque esses corpos em afecção, em contato de seus devires: “uma *vizinhança*, uma *indiscernibilidade*” (Deleuze, Guattari, 2014, p. 63).

Nesse sentido, a compreensão do *mundo* como uma rede que interliga diferentes atores dotados de agência e ação, concepção fundamental no fazer agroecológico/agroflorestal, permite essa aproximação. Desse modo, pela combinação do conhecimento agrícola tradicional, dos saberes ecológicos e das ciências agrárias, permite-se uma *involução* dessas relações, criando simbioses intraespecíficas e interespecíficas (Deleuze, Guattari, 2014, p. 16), à medida que desenvolvem “arranjos mais sensíveis às constelações sociais, ecológicas e culturais do local” (Silva, 2022, p. 27). No assentamento Mário Lago, esse tema encontra

divergências, principalmente pela necessidade de manutenção da subsistência e da comercialização de produtos pelos assentados, além de que o próprio ecossistema do assentamento ainda se encontra profundamente impactado pela ação do agronegócio, o que dificulta o estabelecimento de um equilíbrio dos diferentes seres que ocupam o espaço:

A gente na agroecologia não conseguiu resolver as formigas. O povo tem um discurso de que hora de chegar o equilíbrio e tal, mas até você atingir esse equilíbrio dentro da agrofloresta, não é fácil. Essas mudas que eu plantei, eu tenho muito poucas, porque as formigas chegam agora na seca, elas comem tudo. No ano que geou, elas comeram a folha de bananeira, a folha de mamão, acabou com tudo. O [menção a outro assentado] falou que, com a queimada que teve ano passado, iriam ter mais formigas esse ano atacando as lavouras. Eu plantei milho, elas não atacaram; eu plantei guandu, até agora elas não comeram. Espero que este ano elas me deem uma folga, mas eu já desanimei da área por conta de formiga (Moradora do assentamento, em entrevista realizada em 05/05/2023).

A questão do equilíbrio do agroecossistema é fundamental para conter a ação desses seres não humanos, como no caso das formigas, pois é na situação de desequilíbrio que elas assumem sua virtualidade de “praga”. A teoria da trofobiose, outro conhecimento da dimensão acadêmica da agroecologia, diz respeito ao desenvolvimento pleno dos tecidos vegetais por meio de sínteses proteicas em sua formação. Em solos férteis e equilibrados, as plantas conseguem atingir sua demanda nutricional de forma efetiva, possibilitando maior resistência ao ataque de outros seres (insetos, ácaros, nematóides, fungos, bactérias, por exemplo). Entretanto, no desequilíbrio nutricional, esse desenvolvimento precário afeta a sensibilidade e vulnerabilidade do vegetal, o que amplia e atrai a presença de seres que irão atacar e consumir a planta. Ademais, a utilização de fertilizantes solúveis, por acelerar o crescimento dos tecidos, impacta essas sínteses proteicas, “ativa a presença de parasitas. É a rota da dependência”, fazendo com que se adentre, novamente, no ciclo de utilização do “pacote tecnológico” (Machado, Machado Filho, 2014, p. 168-169). Essa relação no assentamento Mário Lago aparece da seguinte forma, colocada pelo dirigente de produção:

Um tempo atrás, num assentamento em Orlândia, as pessoas começaram a falar: “Tem que matar formiga”. Eu disse: “A primeira coisa que a gente tem que fazer é tirar a palavra “matar”. Quem mata uma formiga, mata um cachorro, mata um ser humano. Não existe matar no vocabulário agroecológico. Temos que conviver harmoniosamente com todos os seres da natureza. Se eu não estou entendendo o papel dele naquele processo, eu tenho que dar um passo atrás e buscar essa compreensão, e não tentar eliminá-lo. A formiga, assim como qualquer outro inseto, é incompreendido na nossa mente. Por que a formiga ataca? Precisa ler a teoria da trofobiose. [...] A formiga que não é uma agricultora, é uma pecuarista, porque ela cria um fungo embaixo da terra: colhe as folhas que ainda não estão plenas; corta as folhas que ainda não tem proteína, porque o fungo não quebra proteína, só aminoácido, no estágio anterior. Hoje, estava no assentamento, disseram: “A

formiga cortou todas as pontinhas do meu pé de amora”. Eu falei: “Porque a pontinha não era plena”, não tinha proteína nelas, ela foi e cortou. Eu tenho excesso de formigas quando o ambiente está em desequilíbrio, porque o solo não consegue fazer a planta produzir proteína. Então, a formiga ataca tudo. Se eu tenho alimento em abundância, os indivíduos aumentam. A reprodução é proporcional a fartura de alimentos: quanto mais desequilíbrio no ambiente, mais formiga. Se eu tenho equilíbrio, um ambiente equilibrado, tenho menos formigas. Aí eu quero matar formiga e não fortalecer minha planta. Eu não consigo eliminar a formiga, eu posso controlar a partir da melhoria do solo (Dirigente de produção do MST, em entrevista realizada em 18/07/2023).

Em síntese, essa diferenciação no trato com os entes não-humanos promovida pela agroecologia é marca do *território* no Mário Lago. Na expansão das relações possíveis com diferentes seres, expandindo o *mundo* de conexões e a rede que os interliga, os saberes agroecológicos e agrofloretais permitem não só a recuperação de saberes tradicionais na condução desse manejo integrado, entretanto, da reinserção do ser humano enquanto mais um ente envolto na rede de relações que conduz à existência no *mundo*, num distanciamento dos “fatos puros” em direção à reconciliação entre Natureza e Cultura (Latour, 1994; Dos Santos Luciano, 2019). Como um rizoma, essas territorialidades expressas no assentamento atravessam esse movimento de territorialização do MST, tanto para distanciar-se do agronegócio, reivindicando a indissociabilidade das lutas sociais e ambientais, quanto na recampesinização atravessada pela educação agroecológica e agroflorestral dos grupos urbanos, estendendo a performance camponesa pelo ensino-prático a outras populações, criando uma rede de atores que mediam seu *mundo* (Latour, 2012; 2020).

Na amplitude polissêmica e plural da agroecologia, que dialoga com movimentos sociais, instituições estatais e científicas (Norder et al, 2016), uma das expressões camponesas contempladas na Via Campesina se realiza no MST: mesmo que com a multiplicidade e pluralidade de suas práticas e interpretações, o conhecimento tradicional é inserido no Movimento (Borges, 2010; Aliaga, Maranhão, 2021), em que a relação com o agroecossistema atravessa uma matrigênese (Ferdinand, 2022), mesmo que não contemplando uma perspectiva metafísica, pois conduz a não dissociação do ser humano do impulso vital que atravessa todos os seres na sua existência (Coccia, 2018). No lugar da dominação e imposição sobre os diferentes seres, a exemplo das formigas, volta-se para abordar a agência destes, manejando e compreendendo essas afecções num encontro de devires (Deleuze, Guattari, 1995).

Todavia, o *território*, enquanto expressão de agenciamentos de seu grupo, soberano sobre determinado espaço, traz a contínua dimensão do conflito com o *território* de seu antigupo. Dentro dessa perspectiva, o assentamento Mário Lago, nas suas territorialidades diferenciadas, se encontra em conflito com o *território* de Ribeirão Preto, uma vez que este

expressa a estratificação e hierarquização funcional da área administrativa municipal pelos atores do agronegócio e do setor imobiliário. Porém, esse conflito territorial possibilitou uma linha de fuga no contemporâneo, que, mesmo atravessada por violências, traz a virtualidade de ampliar a aliança com grupos urbanos na luta pela reforma agrária.

6. RIBEIRÃO PRETO E MÁRIO LAGO: O CONFLITO NA HIBRIDIZAÇÃO ESPACIAL

Como colocado no início deste trabalho, as mudanças que entraram em vigor no Plano Diretor Municipal de Ribeirão Preto (Ribeirão Preto, 2018) trouxeram uma reconfiguração profunda no uso e ocupação do solo no município. Buosi & Jesus (2024) trazem o aumento vertiginoso da área urbana da cidade ao longo do período entre 1990 e 2022, de 5% a 21%, ressaltando, concomitante a esse processo, a perda das áreas agropecuárias, de 81% para 69% (Buosi, Jesus, 2024, p. 63). Assim como exposto anteriormente, Elias (2018) adentra esse processo pela criação das *periferias privilegiadas*, destacando o desenvolvimento residencial de alto valor, munido de densa infraestrutura, em Ribeirão Preto, a partir da década de 1990. Esse crescimento se direcionou nas áreas sul e oeste do município (Barcella, Melazzo, 2022), sendo constatado pelo IBGE, no recorte de 2010 a 2022, um aumento de residências localizadas em vilas e condomínios (Buosi, Jesus, 2024).

Dessa maneira, a penetração das áreas rurais por conteúdos urbanos é caracterizada amplamente no contexto contemporâneo. Rua (2006), referenciando a Latour (1994) na questão dos híbridos, com a perspectiva de impossibilidade de delimitação “pura” entre um termo e outro, no caso, do meio urbano e rural, coloca que essa relação nos dias atuais produz um “novo rural”, isto é, transformado pela presença de características urbanas, a exemplo em Ribeirão Preto, das *periferias privilegiadas*, que, contudo, não perde sua territorialidade diferencial. “A hibridez permanente evidencia a “criação local”, isto é, a capacidade dos atores locais de, influenciados pelo externo, de escala mais ampla, desenvolverem leituras particulares dessa influência e produzirem territorialidades particulares” (Rua, 2006, p. 101). Isso não significa uma cisão com o pensamento que traz a influência e um direcionamento do urbano voltado para funcionalidade produtivista, como organismo (Deleuze, Guattari, 1996; Lefebvre, 2001), mas a abertura para processos de resistência de diferentes atores envolvidos nessa realidade, que produzem e expressam novas territorialidades a partir dessa hibridez do espaço; se trata menos de uma urbanização “do” rural, do que de uma urbanização “no” rural. (Rua, 2006, p. 91).

Logo, essa hibridização do espaço abarca conflitos e oposições entre os *territórios* e suas territorialidades expressas, salientando suas especificidades nesse contato. Tal como exposto por Iha (2017), em que o rural passa a ser uma alternativa ao caos urbano, dentre os atores do Mário Lago, há uma mudança na percepção sobre Ribeirão Preto. Se comumente são dirigidos diversos preconceitos ao meio rural, e particularmente às áreas de reforma agrária, tidas como “atrasadas” ou “destruidoras” da “natureza” (Whitaker, 2009, p. 40), nas colocações dos assentados e outros atores presentes no assentamento, a visão sobre a cidade é extremamente negativa em certos sentidos:

Nós temos uma política voltada para o agronegócio, que não beneficia as comunidades. Não só nós, assentados de reforma agrária na área rural, mas também todas as comunidades que existem na cidade. As políticas públicas não chegam para quem de fato precisa (Assentado, em entrevista realizada em 05/05/2023).

Tenho uma visão de Ribeirão que não sei se eu gosto da cidade. Eu acho que tem todo esse espírito do agronegócio, e acho ela com meio cara de cadeia, porque todo mundo está preso nas suas casas, com esses muros e portões. [...] Aqui parece que todo mundo fez uma cadeia para si dentro da sua casa. A cidade parece que não é muito aberta, tem medo das coisas. O Movimento estar aqui, veio para cá justamente por causa disso, para criar essa vitrine contra o agronegócio. É muito estar do lado da cidade, mas também é um pouco ruim. É bom que você está próximo, escoar os produtos, isso ajuda bastante, mas, ao mesmo tempo, tem essa coisa da atração, de você estar ali do lado e ir arrumar uma diária, ir trabalhar na cidade, isso acaba sendo complicado (Moradora do assentamento, em entrevista realizada em 05/05/2023).

Mas tem a coisa ruim, quando a cidade chega muito perto. Eles que estão na zona rural. [...] Eles conseguiram passar essa lei que vai encher de condomínio. Para ele, é interessante fazer o condomínio, e com ajuda da prefeitura, porque tem que pôr água, poço, asfaltar, eles fazem tudo isso rapidamente. O que não chega para nós aqui do lado, mas chega lá. Os asfalto está lá, bonito, a água está lá, cano, esgoto. A gente não tem, há quinze anos. É impressionante, passa do lado do assentamento e não tem. É para fazer desistir: estrangular mesmo, fazer sofrer e desistir. A missão é fazer desistir (Assentada, em entrevista realizada em 05/05/2023).

Nesse sentido, a urbanização “no” rural atravessa profundamente a relação das políticas públicas municipais com o agronegócio e com a ampliação das áreas de influência das *periferias privilegiadas*, ressaltando a diferenciação no atendimento de infraestrutura e até mesmo do uso do fogo como ferramenta de pressão sobre o assentamento Mário Lago¹⁴. Assim, as “atravessadas” do rural passam a ser observadas pelos setores urbanos como forma de potencialização da lucratividade do setor imobiliário, trazendo a ideia de uma “natureza natural” como catalisadora dessa questão (Rua, 2006, p. 98).

¹⁴ Ver: Buosi, Jesus, 2024, p. 68.

Apesar dessa perspectiva, como ressaltado por Rua (2006), a hibridização do espaço, ou seja, na penetração do urbano no rural, traz a possibilidade de ações de diversos atores na propagação de uma resistência a esse processo. Destacando as dificuldades na recampesinização, ainda mais em uma área periurbana, em que atividades da cidade (trabalho, estudo, lazer etc.) podem subtrair as expressões rurais (cultivo, relações comunais etc.), elas podem possuir, no entanto, um sentido inverso, da busca pela permanência na reforma agrária através das pluriatividades e multifuncionalidades do *território*, desenvolvendo novas redes de atores:

Redes sociais as mais variadas que no processo de revalorização do mundo rural, envolvem a reconversão produtiva (diversificação da produção), a reconversão tecnológica (tecnologias alternativas de cunho agroecológico e natural), a democratização da organização produtiva e agrária (reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar), bem como o fortalecimento dos turismo rurais (ecológico e cultural) (MOREIRA, 2003, P. 132 apud Rua, 2006, p. 87).

Por essa prisma, a proximidade ao urbano permite, além da ameaça das territorialidades que minam o assentamento, como pressão da especulação imobiliária, incêndios de cunho criminoso, poluição e dificuldade da manutenção no rural, linhas de fuga, que atingem uma reterritorialização das expressões do MST dentro da cidade de Ribeirão Preto e região. O assentamento Mário Lago, enquanto Comuna da Terra, trouxe, desde o início de seu processo de acampamento, a aliança com sindicatos urbanos, instituições clericais e movimentos ambientalistas, trazendo uma expansão das expressões de seu *território* dentro do meio citadino (Firmiano, 2009; Gonçalves, 2010; Iha, 2017; Nunes, 2017). Não só na consolidação do assentamento, a rede rizomática desenvolvida por esses atores engloba, também, a necessidade de permanência do assentamento, em que a comercialização de excedentes, indissociável para tal, é ampliada pela proximidade com a cidade de Ribeirão Preto, desenvolvendo feiras agroecológicas, entregando cestas e abastecendo instituições através das políticas públicas (PAA e PNAE, por exemplo).

Se não fosse a sociedade, a gente não conseguiria passar, dentro da comercialização, da venda dos produtos, dos parceiros, que são a Rede Agroflorestral, o Instituto Nova Era. Se não fossem esses parceiros, a gente não aguentaria. [...] Assim, perto da cidade você consegue a facilidade de entregar as cestas, por exemplo. Facilidade de você sair daqui para um trabalho, às vezes. [...] Só queremos uma política que fique, que construam uma política que fique, para que a gente não passe quatro anos sem ter nada. [...] A gente viver na terra para vender o lote, morar na cidade, ou só para vir trabalhar, não compensa a reforma agrária. A gente tem que fazer valer (Assentada, em entrevista realizada em 05/05/2023).

A Comuna [cooperativa do assentamento] é uma certificadora de grupos que desejam trabalhar com sistema orgânico. [Quando perguntado sobre quantos municípios a cooperativa abastece] Sete municípios com o PNAE. Temos projetos do PAA (Assentado, em entrevista realizada em 05/05/2023).

Ademais, como trazido anteriormente, as doações durante o período pandêmico foram fundamentais para ampliação dessas alianças com grupos e movimentos sociais urbanos e periféricos, o que produz novas relações sociais de solidariedade entre atores de diferentes *territórios* (Niemeyer, Silveira, 2022). Morelato (2019), tratando do cultivo da chaya (*Cnidoscolus aconitifolius*) na zona serrana do Rio de Janeiro, traz como a rede de solidariedade que se deu entre diversos grupos e coletivos, entre eles, um acampamento do MST, nas diversas etapas processuais (cultivo, manutenção da horta, comercialização) promoveu uma “des-re-territorialização”, isto é, na linha de fuga das expressões e territorialidades que avançaram sobre novos espaços, reconduzindo a uma territorialização de diferentes agenciamentos que culminou na construção de um rizoma ambientalista que traz, não só a preservação e conservação como traço fundamental, mas também o abastecimento de comunidades com produtos orgânicos, além de projetos de solidariedade (Morelato, 2019, p. 14).

Nesse sentido, a hibridização do espaço que traz a presença de urbanidades no rural, as quais visam a dominação do espaço pela caráter funcional ao sistema produtivo e seu ciclo de valorização comercial, ou melhor, na prevalência de um caráter utilitário sobre a terra, permitem, além disso, uma ampliação da agência dos atores e as expressões de seus *territórios* de sociabilidades rurais no meio urbano. A leitura desses grupos, em processo de resistência, permite a contemplação de novos agenciamentos (Rua, 2006, p. 95), destacando sua dimensão transterritorial na agricultura urbana e periurbana (Martins et al, 2022), consoante as linhas de fuga do rizoma. Através dessas movimentações, a territorialização do MST, em que os atores e o assentamento Mário Lago expressam essas sociabilidades, permitem a ampliação do grupo camponês agroecológico, aberto às populações urbanas, por múltiplas entradas (ocupação, recampesinização, comercialização, doação) expandindo a rede que os interliga, *fazendo um mundo* de novas afecções, tanto entre humanos quanto não-humanos.

7. CONCLUSÃO

Por meio das exposições feitas acima, espera-se ter demonstrado como a territorialização do MST atravessou e atravessa a formação do assentamento Mário Lago, assim como sua manutenção. Como parte indissociável dessa trajetória de constituição do *território*, o assentamento teve como parte fundamental os pilares do Movimento, ou seja, a

ocupação e o acampamento, mesmo que em áreas adjacentes e no meio urbano da cidade de Ribeirão Preto-SP. Essa proximidade, central na caracterização como Comuna da Terra, que traz sua dimensão periurbana e de assentar populações citadinas, permitiu, ao longo da territorialização do MST, uma reconfiguração do grupo camponês sem-terra. Na dimensão da aliança com movimentos populares, sindicatos, instituições clericais e movimentos ambientalistas, presentes desde a formação do movimento social, o sem-terra, que se mantém como tal mesmo após o seu assentamento (Alvaides, Scopinho, 2013), não se finda nos trabalhadores rurais sem-terra. Pelo contrário: mediando sua realidade, qualidade fundamental de um ator (Latour, 2012), essas camadas urbanas se aproximam do MST e do rural como alternativa à exclusão social que o urbano representa (Iha, 2017) nessa interpenetração do espaço híbrido (Rua, 2006).

Através de uma rede rizomática que coloca em conexão o devir-MST e os devires urbanos marginalizados, essas interconexões se impulsionam nas suas múltiplas entradas e contatos criando afecções, seja de forma mais direta com a participação nas ocupações e acampamentos, seguida da recampesinização, seja das linhas de fuga transterritoriais do Movimento, tanto na comercialização de produtos do Mário Lago, quanto na doação de alimentos à comunidades vulnerabilizadas. Inseparável destas é a agroecologia e a agrofloresta, *muito mais do que um modo de produção*, de forma que se constitui como uma nova dinâmica de sociabilidade que se expressa nessa rede territorializada (Morelato, 2019; Niemeyer, Silva, 2022). Nesse ato que compete um *fazer-mundo* próprio, aliás, na criação de relações com outros grupos humanos, traz consigo essa experiência interespecie como uma zona de vizinhança, uma co-presença (Deleuze, Guattari, 2014, p. 56), proporcionando uma cosmopolítica com os entes não-humanos para além do antropocentrismo moderno (Latour, 1994; Latour, 2020; Ferdinand, 2022; Silva, 2022).

A amálgama teórica utilizada permitiu essas apreensões em diversos sentidos. Decerto, a perspectiva rizomática, assim como a teoria do ator-rede, não se coloca na negação das categorias da “sociologia do social” (Latour, 2012), mas amplia as dimensões de análise observáveis pelo não centramento em uma variável única. Destacando essa multidimensionalidade, estão a variabilidade das origens dos assentados, ora com uma prévia experiência, mesmo que esparsa, no rural, ora sem uma proximidade prévia com esse *mundo*. Isso permitiu compreender de forma mais apurada do ensino localizador e localizante da agroecologia camponesa, numa reaproximação com o *mundo*, seus seres e as relações virtuais (Lima et al, 2015; Barbosa, Rosset, 2017). Desse modo, a relação dos entes antagônicos indissociáveis sociedade-natureza é colocada à prova, visto que os grupos humanos e

não-humanos passam a estar internalizados num mesmo escopo, num habitar que só existe com esse Outro, reconciliando a fratura da modernidade (Latour, 1994; Coccia, 2018; Ferdinand, 2022).

Outrossim, a própria percepção “purificadora” dos espaços, criando fronteiras artificiais entre rural e urbano, também se coloca em questão. Aproximando esses dois entes, que trariam consigo suas “formas-conteúdo”, cidade-urbano e campo-rural distanciam-se das percepções teleológicas da absorção e/ou superação do segundo pelo primeiro, assim como dos diferentes grupos que compõem cada espaço. Longe de não se compreender as problemáticas e violências do urbano na sua imposição funcional e acumuladora (Lefebvre, 2001), trata-se de abrir a possibilidade da hibridiz, logo, da interpenetração de territorialidades (Rua, 2006; Latour, 2012). Se, no caso, a cidade de Ribeirão Preto conduz de encontro ao assentamento as *periferias privilegiadas* (Elias, 2018), o Mário Lago expressa sua territorialidade na rede rizomática, adentrando o urbano com sua sociabilidade particular transterritorial da solidariedade e da abertura a um outro *mundo* virtual que se realiza e pode se realizar.

A incorporação do saber agroecológico por parte desses camponeses reterritorializados, ressaltando possíveis conflitos na internalização desse conhecimento, assim como na sua aplicação, se fazem temas sensíveis a serem estudados e trabalhados em pesquisas futuras. Essa questão se coloca como inadiável principalmente nas relações desenvolvidas com os entes não-humanos, que ainda atravessam dificuldades pela necessidade da manutenção da produtividade tanto para consumo próprio quanto para comercialização de excedentes. Em medida semelhante, também se faz importante compreender o impacto dessas ações de penetração do urbano pelas territorialidades do assentamento na mudança de percepção dessas populações periféricas sobre o MST, de forma a compreender o impacto político desse contato. Contudo, é inquestionável a virtualidade da recampesinização agroecológica/agroflorestal do Movimento no *território* expresso pelo Mário Lago, no cuidado à fratura e à cisão moderna (Latour, 1994; Ferdinand, 2022), que devolve um *mundo* de relações ao sem-terra na sua dimensão cósmica (Deleuze, Guattari, 2014).

8. REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental?**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais-o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos avançados**, v. 24, p. 103-119, 2010.

ALIAGA, Luciana; MARANHO, Fernanda. O MST ea agroecologia: entre autonomia e subalternidade. **Revista katálysis**, v. 24, n. 3, p. 576-584, 2021.

ALVAIDES, Natália Kerche; SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. De sem-terra a sem-terra: memórias e identidades. **Psicologia & sociedade**, v. 25, p. 288-297, 2013.

ARBAROTTI, Alexsandro Elias; MARTINS, Rodrigo. Mudanças climáticas nos assentamentos rurais: uma etnografia sobre a experiência de futuro. **Retratos de Assentamentos**, v. 22, n. 1, p. 116, 2019.

BARBOSA, Lia Pinheiro; ROSSET, Peter Michael. Educação do campo e pedagogia camponesa agroecológica na América Latina: aportes da La Via Campesina e da CLOC. **Educação & Sociedade**, v. 38, p. 705-724, 2017.

BARCELLA, Bruno Leonardo Silva; MELAZZO, Everaldo Santos. Expansão urbana e dinâmica imobiliária: comparando as estratégias fundiárias dos agentes imobiliários em cidades médias. **Sociedade & Natureza**, v. 32, p. 100 - 115, 2022.

BERGSON, Henri. **A evolução criadora**. Tradução: Bento Prado. São Paulo: Martin Fontes, 2005.

BERGAMASCO, Maria Pereira; NORDER, Luiz. Os impactos regionais dos assentamentos rurais em São Paulo (1960-1997). In.: DE MEDEIROS, Leonilde Sérvolo; LEITE, Sérgio. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

BORGES, Juliano Luis. **MST: do produtivismo à agroecologia**. São Paulo; Goiânia: Terceira Margem; Editora da PUC Goiás; 2010.

BORSATTO, Ricardo Serra; CARMO, Maristela Simões do. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, p. 645-660, 2013.

BRASIL. Medida Provisória nº 2.027-43, de 27 de setembro de 2000. Acrescenta e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e das Leis nºs 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 set. 2000.

BUOSI, G. Dimensões da ausência: uma investigação sobre a não participação do assentamento Mário Lago no Comitê de Bacia Hidrográfica do Pardo. In: **Congresso de Ciências Sociais - FCLAR, 4., 2024, Araraquara**. Anais. Araraquara: FCL-UNESP, 2024.

BUOSI, G.; JESUS, S. C.de. Entre as cercas e os muros: a trajetória de territorialização do MST em Ribeirão Preto–SP. **Revista Rural e Urbano**, v.9, n.2, 2024. p.49 - 71.

CANDIDO, Antonio. As formas de solidariedade. In: WELCH, Clifford Andrew et al (org.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

CASSIMIRO, Murilo Otávio; DICTORO, Vinicius Perez; GONÇALVES, Juliano Costa. AS DIFERENTES PERCEPÇÕES DA ÁGUA NO SABER AMBIENTAL LOCAL: ESTUDO DE CASO NO ASSENTAMENTO SANTA HELENA–SÃO CARLOS/SP. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 44, p. 138-161, 2022.

COCCIA, Emanuele. **A vida das plantas: uma metafísica da mistura**. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2018.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol.1. São Paulo: Editora 34, 1995..

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 2. Tradução de Dário M. de Almeida. São Paulo: Editora 34, 2002.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol.3. São Paulo: Editora 34, 1996.

DELEUZE, Gilles. **Bergsonismo**. São Paulo: Editora 34, 2012.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. Vol. 4. São Paulo: Editora 34, 2014.

DE MENEZES, Rodrigo Carqueja. Devir e agenciamento no pensamento de Gilles Deleuze. **Comum-Rio de Janeiro-v. 11-nº 26-p. 1 a 220-janeiro/junho 2006**, p. 66, 2006.

DOMINGUES, Eliane. Militância no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): um olhar psicanalítico. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, v. 19, n. 3, p. 663-680, 2016.

DOS SANTOS LUCIANO, Gersem José. Educação para manejo do mundo. **Articulando e Construindo Saberes**, v. 4, 2019.

ELIAS, D. **Globalização e Agricultura: a região de Ribeirão Preto - SP**. São Paulo: EdUSP, 2018.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FERNANDES, Florestan. Aspectos da educação na sociedade Tupinambá. **SCHADEN, E. Leituras de etnologia brasileira.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, p. 63-86, 1976.

FERNANDES, B.M. Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: Formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979-1999). 1999. 318f. Dissertação (Mestrado em Área do Conhecimento) –USP, São Paulo, 1999.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil.** 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (eds.). **Campesinato e territórios em disputas.** São Paulo: Expressão Popular, 2008a. p. 273–301.

FERNANDES, B. M. 27 anos do MST em luta pela terra. In: SILVEIRA, V.; WHITAKER, D. C. A. (orgs.). **Reforma agrária e desenvolvimento: Desafios e rumos da política de assentamentos rurais.** – Brasília: MDA; São Paulo: Uniara, 2008b. p. 27 - 51.

FIGUEIREDO, Gislayne Cristina; PINTO, José Marcelino de Rezende. Acampamento e assentamento: participação, experiência e vivência em dois momentos da luta pela terra. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, p. 562-571, 2014.

FIRMIANO, FD. **A formação cultural dos jovens do MST: a experiência do assentamento Mário Lago, em Ribeirão Preto (SP)** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A Crise Agrária.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GONÇALVES, José. C. Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável? A Dificil Construção de Um Assentamento Rural Agroecológico em Ribeirão Preto- SP. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. Dissertação de Mestrado, São Carlos, 2010.

GONÇALVES DE CARVALHO, Joelson; DE SOUZA LEITE MOLINA, Wagner; FERREIRA DA CUNHA, Sebastião. Poder econômico e extraeconômico do agro latifundiário no Brasil. **Revista Retratos de Assentamentos**, v. 24, n. 1, 2021.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; DE MOLINA, Manuel González. **Sobre a evolução do conceito de campesinato.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

HARAWAY, Donna. Antropoceno, capitaloceno, plantationoceno, chthuluceno: fazendo parentes. **ClimaCom Cultura Científica**, v. 3, n. 5, p. 139-146, 2016.

HARAWAY, Donna. **Quando as espécies se encontram.** São Paulo: Ubu Editora, 2022a.

HARAWAY, D. J. Ficar com o problema: Antropoceno, Capitaloceno, Chthuluceno. In: MORRE, J. W. (org.) **Antropoceno ou Capitaloceno. Natureza, história e crise do capitalismo**. São Paulo: Editora Elefante, 2022b.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sergio Pereira. Sociedade e economia do "agronegócio" no Brasil. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 25, p. 159-176, 2010.

IHA, Mônica Hashimoto. A apropriação da agrofloresta na afirmação da reforma agrária: um estudo sobre o processo de recampesinização no assentamento Mário Lago em Ribeirão Preto-SP. **Universidade de São Paulo**. Available from: doi, v. 10, 2017.

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA (SÃO PAULO). Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA). Disponível em: <https://iea.agricultura.sp.gov.br/out/bilupa.php>. Acesso em: 10 mar. 2025.

JUNIOR, Antonio Thomaz. O agrohídronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **Revista Campo-Território**, v. 5, n. 10 Ago., p. 92-122, 2010.

JUNIOR, Avelar Araujo Santos; GERMANI, Guiomar Inez. Possibilidades interpretativas sobre a atualização histórica do modo de vida camponês: As particularidades do campesinato indígena Xocó. **Opará: Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação**, v. 1, n. 1, p. 9-23, 2013.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. Editora Companhia das letras, 2015

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. São Paulo: Editora 34, 1994.

LATOUR, Bruno. **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia**. Bauru, SP: Edusc, 2004.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**. Salvador: Edufba; Bauru, SP: Edusc, 2012.

LATOUR, Bruno. Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno. Ubu Editora, 2020.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Aparecida et al. Contribuições da via campesina em processos educativos agroecológicos na América Latina. **Revista Trabalho Necessário**, v. 13, n. 22, 2015.

MACHADO, L; MACHADO FILHO, L. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem venenos**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MAGALHÃES, Marcos Pereira et al. O Holoceno inferior e a antropogênese amazônica na longa história indígena da Amazônia oriental (Carajás, Pará, Brasil). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 14, p. 291-326, 2019.

MARTINS, Ghiulia Cabral; EVANGELISTA, Yago; DE SOUZA, Tavares. TERRITÓRIO, MULTITERRITORIALIDADE/TERRITÓRIOS-HÍBRIDOS E O TRANSTERRITORIAL: ENTRE O CAMPO-CIDADE E O RURAL-URBANO. **PENSAR GEOGRAFIA**, v. 6, n. 1, p. 40-50, 2022.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MESQUITA, Rui Gomes de Mattos de; NASCIMENTO, Gisele Wanessa do. Educação do MST e crise do paradigma moderno de ciência. **Revista Brasileira de Educação**, v. 19, n. 59, p. 1077-1099, 2014.

MORELATO, Rodrigo Rossi. A Árvore De Espinafre: apontamentos sobre a memória, a dádiva e o rizoma ambientalista. In: **INTERCOM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO**, 42., 2019, Belém, PA. Anais [...]. São Paulo: Intercom, 2019. p. 1-15.

NAVES, Flávia; REIS, Yuna. Desenhando a resistência: estética e contra-hegemonia no movimento agroecológico no Brasil. **Cadernos Ebape. BR**, v. 15, n. 2, p. 309-325, 2017.

NIEMEYER, Carolina Burle de; SILVEIRA, Vicente Carvalho Azevedo da. Da pandemia à agroecologia: redes de solidariedade na construção de um novo paradigma socioecológico. **Saúde em Debate**, v. 46, p. 377-390, 2022.

NORDER, Luiz Antonio et al. Agroecologia: polissemia, pluralismo e controvérsias. **Ambiente & Sociedade**, v. 19, p. 01-20, 2016.

NORDER, Luiz Antonio et al. Agroecologia em terras indígenas no Brasil: uma revisão bibliográfica. **Espaço Ameríndio**, v. 13, n. 2, p. 291-291, 2019.

NUNES, P. Estratégias de comercialização adotadas por famílias que praticam agrofloresta: um estudo de caso no assentamento Mário Lago, Ribeirão Preto/SP. 2017. 90 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2017.

OLIVEIRA, Francisco. O ornitorrinco. In: **Crítica à razão dualista / O ornitorrinco**. São Paulo, Boitempo, 2003.

PAOLIELLO, Renata Medeiros. As comunidades tradicionais no Vale do Ribeira: da "reprodução camponesa" às re-significações dos patrimônios territoriais. **Agrária (São Paulo. Online)**, n. 3, p. 58-82, 2005.

PAULINO, Jonatta Sousa; GOMES, Ramonildes Alves. A institucionalização da agroecologia no Brasil: trajetórias acadêmicas e laços discursivos. **Sociedade e Estado**, v. 35, n. 01, p. 307-337, 2020.

PERALTA, Anastácio. A Agroecologia Kaiowá: tecnologia espiritual e bem viver, uma

contribuição dos povos indígenas para a educação. **MovimentAção**, v. 4, n. 06, p. 01-19, 2017.

PICCIN, Marcos Botton. Assentamentos rurais e geração de renda: posição social restringida, recursos socioculturais e mercados. **Economia e sociedade**, v. 21, p. 115-141, 2012.

POMPEIA, C. Formação Política do Agronegócio. 2018. 352 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

PRIMAVESI, Ana. **Cartilha da Terra**. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

RAMOS, Gustavo Moreira. Contradualismos no Opará: Lideranças Tuxá no Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. 2020. 200 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.

RIBAS, Alexandre Domingues. MST, cooperativismo e território: dinâmica e contradições. In: JUNIOR, Antonio Thomaz (org.). **Geografia e Trabalho no Século XXI**. Presidente Prudente: Centelha, 2004.

RIBEIRÃO PRETO. **Lei Complementar Nº 2866, de 27 de abril de 2018**. Dispõe sobre a revisão do Plano Diretor [...]. Ribeirão Preto: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, 2018. Disponível em https://publico.camararibeiraopreto.sp.gov.br/consultas/norma_juridica/norma_juridica_mostrar_proc?cod_norma=10300#:~:text=DISP%C3%95E%20SOBRE%20A%20REVIS%C3%83O%20DO,ESPECIFICA%20E%20D%C3%81%20OUTRAS%20PROVID%C3%8ANCIAS. Acesso em 02 mar. 2024.

RIBEIRÃO PRETO. **Justificativa Técnica da Revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo**. Ribeirão Preto: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto - Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Urbano, 2022. 140 páginas. Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/pdf/planejamento399202203.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2024.

RIGOTTO, Raquel Maria; SANTOS, Valéria Pereira; COSTA, André Monteiro. Territórios tradicionais de vida e as zonas de sacrifício do agronegócio no Cerrado. **Saúde em Debate**, v. 46, n. spe2, p. 13-27, 2022.

RODRIGUES, Fabiana de Cássia. Educação e luta pela terra no Brasil: a formação política no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 138, p. 27-44, 2017.

ROSA, Marcela Pereira. O fatalismo no trabalho camponês: da submissão às possibilidades de ruptura. **Psicologia & Sociedade**, v. 32, p. e190747, 2020.

RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **Revista Campo-Território**, v. 1, n. 1 Fev., p. 82-106, 2006.

SAUER, S; SOUZA, M. Movimentos sociais na luta pela terra: conflitos no campo e disputas políticas. In: SILVEIRA, V.; WHITAKER, D. C. A.(orgs.). **Reforma agrária e desenvolvimento**: Desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: MDA; São Paulo: Uniara, p. 53 – 86, 2008.

SILVA, Cristiani Bereta da. Relações de gênero e subjetividades no devir MST. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, p. 269-287, 2004.

SILVA, Adelmo José da. O impulso vital enquanto princípio explicativo da evolução no pensamento bergsoniano. **Revista Eletrônica Existência & Arte**, v. 2, n. 2, p. 1-6, 2006.

SILVA, André Felipe Cândido da. Pragas, patógenos e plantas na história dos sistemas agroecológicos. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 17, n. 1, p. e20210023, 2022.

STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes**: resistir à barbárie que se aproxima. São Paulo: Cosac Naify, p. 203, 2015.

STENGERS, Isabelle. Reativar o animismo. **Caderno de Leituras**, v. 62, p. 1-15, 2017.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. In: VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2002. p. 345-399.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. Reforma agrária e meio ambiente: superando preconceitos contra o rural. **Retratos de Assentamentos**, v. 12, n. 1, p. 33-46, 2009.

WUNDER, Alik. Superfícies de encontro com o povo indígena kariri-xocó: imagens e o devir-planta. **Linha Mestra**, v. 13, n. 38, p. 23-34, 2019.

ZEDER, Melinda A. The origins of agriculture in the Near East. **Current anthropology**, v. 52, n. S4, p. S221-S235, 2011.